

Biodiversidade, sustento e culturas 69

Julho de 2011



Editorial

A foto inicial nos mostra a frente de uma unidade de produção agroecológica. Este tipo de estabelecimento tem aumentado à medida que as pessoas que cultivam a terra para comer (ou para vender seus produtos e assim poder comer) vão se dando conta do enorme engano que significou a Revolução Verde e seus pacotes de tecnologia alheia e inútil, pacotes que vinham acompanhados da arrogância do especialista: “o que vocês fizeram durante séculos não serve, têm que fazer o que nós dizemos por que fomos à universidade”.

O pior de tudo, neste exemplo, que ocorreu e ocorre em todo o mundo, é que os chamados especialistas na realidade não sabem bem que significado tem a tecnologia que recomendam, porque, por sua vez, foram doutrinados e ensinados assim, porque obedecem a normas estabelecidas pelos escritórios, nos programas e projetos, porque as diretrizes gerais do país assim o especificam a partir de padrões internacionais que foram definidos e decididos em outros lugares, em outras épocas. Estes padrões não são os dos camponeses, nem os tempos são, de forma alguma, os da ancestral e profunda agricultura, mas sim os tempos do livre comércio, da homologação, da certificação, da industrialização de como fazer e de conceitos – os tempos e os espaços da submissão.

E assim vai o mundo, obedecendo-se se sabe lá a quem, sabe-se lá por que critério, ideologia, arranjo ou tendência geral que no fundo serve muito bem às corporações que quiseram acabar com toda a agricultura independente, como todo o pensamento independente.

A unidade de produção mostrada na foto está localizada em Chiapas, lugar famoso no México porque ali, entremeada em povos, comunidades, baixadas, floresta e montanha, vive uma resistência expressada de muitas maneiras, incluído o repensarem seu trabalho de

cultivadores, de cuidadores de sementes, solos, água: seu cuidado na limpeza dos alimentos que produzem para si mesmos e para outros. Muita gente nessas comunidades (da mesma forma que ocorre em outros lugares de nossa América, como na Guatemala, Costa Rica, Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil) está consciente que há muitas maneiras de se obter alimentos saudáveis (sem agrotóxicos nem fertilizantes químicos, com sementes nativas), que não estão certificados pela instituição internacional da agricultura orgânica, através de uma agricultura camponesa tradicional e moderna, limpa, cuidadosa, independente.

Como tantas boas fotos, a foto acima (tirada pelo nosso assíduo colaborador, Jerónimo Palomares) pode ser lida de outras maneiras. Uma delas é ver a entrada da unidade de produção como um umbral aberto que temos que transpor para ter acesso a um futuro melhor que está ali, ao alcance, simbolizado por uma criança, como tantas, e por isso único: um futuro de justiça, dignidade e viabilidade da vida de todas e todos no mundo. Um futuro de viabilidade para o Planeta. Essa porta é nossa, esse futuro pode ser nosso, ainda que tudo nos diga que não, ainda que abertamente existam forças que nos neguem o acesso, que querem que entremos em outro futuro, ignóbil, servil, e que entremos, na realidade, em filas de dois, despojados, mas contentes, porque segundo as corporações e seus defensores há leis que nos protegerão despojando-nos da variabilidade, da diversidade, da probabilidade. Despojando-nos da infinita transformação da vida.

Assim é o futuro que acreditam que vão nos impor roubando-nos as sementes. Para isso existem as patentes, os certificados de obtentor, os registros, os catálogos, as definições mentirosas de algo indefinível porque sua transformação contínua o impede. Para isso também há toda a argumentação de proteger (sempre, no final, invoca-se a proteção como chantagem última e “intocável”) as variedades, seu material genético, através de estoques ou coleções *ex situ*, quer dizer fora do local onde são utilizadas, fora de onde são úteis, fora do fluxo que as produziu e as reforça, fora do fluxo do qual são parte fundamental porque sem essas sementes, sem esses cultivos, isso tudo já não é o mesmo.

Trata-se, então, de quem tem acesso a esses materiais, e, no final das contas, de quem tem o controle das sementes.

Essa avidez de controle é, finalmente, algo generalizado: não nos cansaremos de dizer que seu fim último é erradicar a produção independente de alimentos. Para isso é necessário privatizar todos os passos da cadeia alimentar da forma que for possível, começando com as sementes, através de leis, normas, padrões de qualidade, o que está levando ao absurdo de proporem, em todos os lugares, novas “leis de proteção ao milho”: leis que dizem colocar obstáculos ao plantio de milhos transgênicos (ou seja, à contaminação transgênica dos cultivos ancestrais); “obstáculos” que implicam o escrutínio de todo o universo da biodiversidade, nesse caso do milho. Assim, tais leis impõem a catalogação das sementes, sua homologação e a redução de seu universo ao registrado e certificado. Isso leva a que se imponham quotas (para não dizer preços) para sua utilização, que se imponham cadeados técnicos para sua utilização (por exemplo, a tecnologia *Terminator* recém revivida). O pior é que, no fundo, todos esses controles supõem uma criminalização do simples ato de possuir, guardar, custodiar, trocar e, claro, plantar as sementes livres que durante milênios nos cuidaram e nos serviram de talismãs para nosso futuro.

Pensando bem, esse menino da foto é, também, um símbolo do que são as sementes: um concentrado de futuro, um concentrado do sentido do que esse futuro pode conter e fazer florescer se nos organizamos para defender nossa existência e a vida que nos deu e nos dará mais vida. Olhando bem, esse menino, em que pese sua pouca idade, não está disperso, está focado e trabalha e investiga em seu entorno. Se isso é correto, a foto nos diz que devemos insistir naquilo que pensamos ser correto. Devemos insistir em nosso cuidado de milênios. Insistir em que, para defender o milho, o trigo, o arroz e todas as sementes e cultivos nativos em sua integridade – e não somente contra a contaminação genética – “é necessário restaurar ativamente os sistemas, processos e dinâmicas que criaram, e mantiveram em sua diversidade, muitíssimos cultivos e sementes, durante séculos, junto com os saberes que umas e outras pessoas, uns e outros coletivos foram intercambiando com carinho e respeito mútuo.

Nenhum desses processos é possível sem a permanência dos povos indígenas e camponeses que os colocaram em marcha”, como afirmou um documento do GRAIN, de 2003.

Se isso é assim, devemos colocar um fim à neogrilação legal de terras em nível local, nacional e mundial. Devemos defender nossos territórios como, talvez, a mais crucial de nossas tarefas porque sem um território forte é impossível o cuidado dos saberes e dos cultivos. Devemos defender o substrato da vida que implica na própria ideia do território, que não é somente a terra, mas, também, os saberes que o tornam possível. Se as sementes são as chaves do futuro, os territórios próprios são a própria fechadura que tais sementes precisam abrir.

✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻ ✻

O ataque contra as sementes no Chile

“Em todo o mundo, as transnacionais estão em campanha para monopolizar as sementes, chave de todas as redes alimentares. Em maio de 2011, o parlamento do Chile aprovou, de forma acelerada, a incorporação do país à versão 1991 do tratado UPOV (União para a Proteção de Obtenções Vegetais). Esse tratado é o marco dos chamados “direitos de obtentor” que são uma forma de registro para privatizar as sementes, praticamente tão restritivo como as patentes. Em ambos os casos (patentes e direitos de obtentor), trata-se de impedir legalmente que as sementes sejam de livre circulação, para obrigar a comprá-las das transnacionais e, principalmente, que não se possam replantar, criminalizando o ato essencial da agricultura: produzir, reproduzir e usar sementes para o próximo plantio”.

(Ver Silvia Ribeiro, La Jornada, México, 16 de julho.)

A onda de protestos de movimentos e organizações chilenas (entre outras ANAMURI, Via Campesina Chile, Confederação Ranquil, Assembleia Mapuche de Esquerda, Coordenação de Estudantes pela Agroecologia, Marcha Mundial de Mulheres-Chile, TERRAM, CENDA, CEDEM, RAPAL, OLCA), apoiadas por organizações camponesas, indígenas, ambientalistas e sociais de toda a América Latina, como a Confederação Latinoamericana de Organizações do Campo, a Coordenação Andina de Organizações Indígenas e outras, não se fez esperar.

Em 20 de junho de 2011, organizações camponesas e sociais chilenas apresentaram argumentos sobre a inconstitucionalidade do UPOV 91 em uma audiência pública diante do Tribunal Constitucional do Chile.

Aqui apresentamos dois testemunhos cruciais.

A inconstitucionalidade do UPOV 91

Apresentação de Camila Montecinos na Audiência Pública diante do Excelentíssimo Tribunal Constitucional, no dia 20 de junho de 2011, onde se reiteram os argumentos apresentados por escrito no dia 15 sobre a inconstitucionalidade do Convênio UPOV 91.

1. O Convênio UPOV permite a apropriação de um bem comum por natureza e, portanto, fere o prescrito pelo artigo 19, número 23, da Constituição Política do Estado. Tal norma estabelece o direito para adquirir o domínio sobre toda a classe de bens, exceto “aqueles que a natureza fez comuns a todos os homens”.

Toda variedade vegetal é uma obra humana de caráter coletivo, comparável a uma pintura ou uma escultura em relação à criatividade envolvida, e assimilável a uma linguagem quanto ao caráter coletivo de sua criação. As variedades comerciais modernas não são uma exceção a este caráter de obra comum. O trabalho genético feito pelos povos, comunidades e famílias agricultoras através de séculos e milênios é incomparavelmente maior que o trabalho feito por obtentores comerciais. Pela mesma razão, inclusive as chamadas variedades modernas ou comerciais são por natureza um bem comum e não devem ser privatizadas.

2. Sem prejuízo do exposto, devo assinalar ao Excelentíssimo Tribunal que o Convênio UPOV 91 permite, ainda, a apropriação de um bem que é fruto do trabalho alheio e, portanto,

vai contra o artigo 19, número 24 da Constituição do Estado, norma que garante o direito de propriedade.

O artigo 1º do Convênio UPOV 91 define como “obtentor” a “pessoa que tenha criado ou descoberto e aperfeiçoado uma variedade”. Quando alguém “descobre” uma variedade está, na realidade, “descobrimo” o fruto do trabalho de outros. Através de sua definição de “obtentor” o Convênio UPOV 91 torna possível se apropriar de todas as variedades camponesas e indígenas atualmente existentes, uma vez que todas elas podem ser “descobertas” por um obtentor não camponês ou seu empregador, vulnerando assim o direito à propriedade e fomentando a apropriação do trabalho alheio. Aqueles que promovem o Convênio UPOV 91 argumentam que a apropriação das variedades camponesas e indígenas não será possível porque somente será outorgada propriedade sobre variedades novas, distintas e homogêneas. Tal afirmação não pode estar mais longe da realidade.

Em relação à *novidade*, o artigo 6º do Convênio UPOV 91 indica que “A variedade será considerada nova se, na data de apresentação da solicitação de direito de obtentor, o material de reprodução ou de multiplicação vegetativa ou um produto de colheita da variedade não tenha sido vendido ou entregue a terceiros de outra maneira, pelo obtentor ou com seu consentimento, com a finalidade da exploração da variedade”. Ou seja, considera-se novo tudo aquilo que os obtentores não tenham reclamado e comercializado como próprio, pelo que qualquer variedade camponesa poderá ser reclamada como própria por um obtentor não camponês ou seu empregador, com o único requisito que tal variedade não tenha sido reclamada como própria por algum outro obtentor. O fato de uma variedade estar em mãos camponesas por gerações é irrelevante para o UPOV 91.

Quanto ao requisito de *distinção*, o UPOV 91 o define da seguinte maneira: “Considerar-se-á distinta a variedade se distinguir-se claramente de qualquer outra variedade cuja existência, na data da apresentação da solicitação, seja *notoriamente conhecida*”. O documento do UPOV TGP/3, denominado *Introdução geral ao exame da distinção, da homogeneidade e da estabilidade e à elaboração de descrições harmonizadas das obtenções vegetais* – documento que foi adotado pelo Conselho da UPOV e, portanto, tem o caráter de interpretação oficial do Convênio UPOV 91 – dá as seguintes indicações para determinar se uma variedade é ou não “notoriamente conhecida”:

“5.2.2.1 Os aspectos concretos que *deverão ser considerados para estabelecer a notoriedade* são, entre outros:

a) *A comercialização de material de multiplicação vegetativa ou de material colhido da variedade ou a publicação de uma descrição detalhada.*

b) *A apresentação, em qualquer país, de uma solicitação de concessão de um direito de obtentor para outra variedade ou de inscrição de outra variedade em um registro oficial de variedades, será considerado como tornando essa outra variedade notoriamente conhecida a partir da data da solicitação, se esta levar à concessão do direito de obtentor ou à inscrição dessa outra variedade no registro oficial de variedades, conforme seja o caso.*

c) *A existência de material biológico em coleções vegetais publicamente acessíveis.”*

As variedades camponesas não fazem parte de registros oficiais e nem todas elas estão em coleções públicas, pelos seguintes motivos:

a) Não é do interesse de camponeses e de povos indígenas que suas variedades estejam registradas ou que sejam parte de coleções.

b) Porque é impossível abarcar em qualquer dos casos a imensa diversidade de variedades vegetais em mãos camponesas e indígenas.

c) Porque as variedades camponesas estão em permanente processo de seleção e mudança e as que passaram a fazer parte de coleções públicas há anos atrás já deram origem a novas variedades.

Por isto mesmo, as variedades vegetais camponesas e de povos indígenas não serão consideradas “notoriamente conhecidas” e poderão ser apropriadas pelos obtentores ou seus empregadores através do UPOV 91.

Quanto à *homogeneidade*, o UPOV 91 incorpora uma definição subjetiva de homogeneidade (“suficientemente uniforme em seus caracteres pertinentes”) o que permitiria que através de

interpretações considere-se que qualquer variedade obtida diretamente de variedades camponesas e indígenas ou mediante um mero trabalho de seleção tenha suficiente homogeneidade fenotípica para cumprir com os requisitos do UPOV 91. Com base nesta afirmação, a experiência concreta mostra que, nas últimas décadas, as interpretações jurídicas das normas de propriedade intelectual – dentre as quais se encontra o Convênio UPOV 91 – favoreceram de forma crescente e consistente empresas e entes privados em prejuízo dos direitos de camponeses e povos indígenas.

Por tudo isso, é possível assegurar que os conteúdos do Convênio UPOV 91 permitem e promovem que pessoas físicas ou jurídicas se apoderem das sementes e variedades vegetais que legitimamente pertencem a comunidades, famílias e pessoas camponesas e indígenas, porque tais sementes e variedades foram produto de um trabalho coletivo paciente e efetivo através de séculos ou décadas.

3. *O Convênio UPOV 91 impossibilitará a agricultura camponesa, ferindo assim o direito de desenvolver livremente uma atividade econômica estabelecido no número 21 do artigo 19 de nossa Carta Fundamental.*

Uma vez que um obtentor ou seu empregador se aproprie de uma ou mais variedades camponesas ou indígenas poderá exigir que as variedades originárias não sejam cultivadas porque passaram a ser de sua propriedade, sob a ameaça de confiscar suas sementes, seus cultivos, suas colheitas e, inclusive, o produzido com a colheita, de acordo com o artigo 14 do Convênio. As famílias e comunidades camponesas e indígenas não poderão utilizar e intercambiar livremente as sementes próprias e se verão obrigadas a comprar sementes comerciais em cada safra. Isso terá o duplo efeito de reduzir severamente as possibilidades de adaptação às condições cambiantes do mercado e do clima, e de encarecer de forma igualmente severa os custos de produção, atentando, assim, contra a viabilidade da agricultura camponesa.

4. *O Convênio UPOV 91 não promove um bem comum superior aos prejuízos que causará sua aplicação ou entrada em vigor.*

Aqueles que defendem o Convênio UPOV 91 argumentam que sua aplicação permitirá fomentar o desenvolvimento de variedades no Chile, e garantirá que os agricultores do país tenham acesso a sementes de melhor qualidade e a um maior número de variedades. Uma vez mais, esta afirmação é falsa ou está distanciada da realidade.

Em relação aos programas de melhoramento de sementes, o Chile foi, até inícios da década de 1990, um país que se caracterizava por programas nacionais de melhoramento que eram de qualidade e eficiência reconhecidas.

A aplicação do Convênio UPOV 78 permitiu seu enfraquecimento e, atualmente, somos um país que depende em cerca de 90% de variedades desenvolvidas no estrangeiro – não necessariamente adaptadas ao país – e os programas nacionais seguem sendo cada vez mais marginais. O Convênio UPOV 91 acentuará ainda mais as vantagens a favor das empresas estrangeiras e dificultará ainda mais a manutenção de iniciativas de melhoramento nacional.

Em relação à qualidade das sementes, o Convênio UPOV 91 em nenhum momento exige qualidade para outorgar os direitos de obtentor, somente exige novidade, distinção, estabilidade e homogeneidade (artigos 6º a 9º do Convênio). O projeto de lei que permitiria ratificar a adesão ao Convênio tampouco não faz qualquer referência a isso. Ao não exigir qualidade, o UPOV 91 torna possível que se registrem variedades de qualidade inferior a todas as conhecidas. Os agricultores sofrerão os efeitos da qualidade inferior durante várias safras antes de a situação ser identificada.

Quanto ao acesso à maior quantidade de variedades, o UPOV 91 na realidade permite que ocorra justamente o contrário, uma vez que o artigo 14 confere um monopólio absoluto aos donos das variedades para importá-las ou exportá-las do país. Se por alguma razão comercial alguma empresa vê como inconveniente que se cultivem algumas de suas variedades novas no Chile, só terá que as registrar como próprias e, em seguida, impedir que sejam importadas. O UPOV 91 não dá garantias de maior acesso, mas sim entrega aos donos das variedades um poder sem restrições *para impedir e manipular o acesso.*

Por tudo isso e pelas muitas outras razões indicadas por 17 senadores da República e por muitos dos que participam nesta audiência pública, fica provado que o Convênio UPOV 91 atenta contra garantias constitucionais vigentes e não promove um bem comum que justifique alguma restrição a tais garantias. Por isso, apoio respeitosamente a petição de que o Convênio UPOV 91 seja declarado inconstitucional e a adesão a ele, por parte do Chile, seja revogada.

A voz dos povos contra o UPOV 91

Apresentação da companheira Francisca Rodríguez da Comissão
Política da CLOC-VC diante do Tribunal Constitucional do Chile
em relação ao UPOV 91

Em primeiro lugar queremos saudar e agradecer a disposição deste Tribunal de dar acolhida à apresentação e pedido de audiência das organizações do campo em representação das mulheres rurais e indígenas, dos produtores camponeses, dos trabalhadores do agro e dos povos originários Anamuri, Ranquil, CEPA e a Assembleia Mapuche de Esquerda – os quais somos integrantes da Coordenação Latinoamericana das Organizações do Campo CLOC e, em nível mundial, da Via Campesina.

Saudamos, também, a vossa disposição de escutar e receber as diversas opiniões dos e das cidadãos deste país, situação que deveria ter sido realizada com o máximo rigor por ambas as câmaras do Congresso Nacional, conforme solicitação de junho de 2009 quando estivemos pela primeira vez diante da comissão de agricultura do parlamento para tornar presentes as dimensões que esta lei implicava para o país e para a agricultura camponesa. Hoje, de maneira específica, queremos reiterar as exposições expressadas em nossa apresentação por escrito e fazer notar diante deste Tribunal Constitucional nossa profunda preocupação em relação às graves consequências que nos provocará o referido Convênio internacional.

Nós, seus dirigentes, temos sublinhado a inconstitucionalidade da medida aprovada por ambas as câmaras diante da disposição do Chile de aderir ao Convênio Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais, definido como UPOV 91.

Tal como o expressamos em nossa apresentação, as modificações introduzidas no Convênio Internacional, que estão contidas na Ata Modificadora de 19 de março de 1991, aumentam e exacerbam ao limite a desigualdade diante dos benefícios e direitos dos entes obtentores das sementes vegetais comerciais, tanto para os individuais como para os corporativos, que hoje se definem como “criadores de variedades” reconhecidas.

Tudo isso vai em prejuízo das comunidades rurais de todo o país, de nossos antecessores, nossos ancestrais, homens e mulheres da terra; deles herdamos o ofício e com ele as sementes. Através da história, as cuidamos, reproduzimos, trocamos e conservamos para as futuras gerações. Por isso dizemos que as sementes são um patrimônio de nossos povos indígenas e camponeses – os verdadeiros e únicos criadores do germoplasma originário, hoje apropriado e utilizado pelas grandes empresas de sementes.

Por isso viemos reiterar que o Convênio UPOV 91 que permite a apropriação de um bem comum, por sua natureza, está em conflito com o artigo 19, inciso 23 da Constituição. Que a Ata Modificadora de 19 de março de 1991, do dito Convênio Internacional, aumenta e exagera ao limite a desigualdade dos benefícios e direitos dos entes obtentores, sejam estes individuais ou corporativos, das sementes vegetais comerciais. A modificação introduzida com o Convênio UPOV 91 permite a apropriação ilegítima do fruto do trabalho de outros, já que no artigo 1º define como obtentor aquele que descobre uma variedade. Para reivindicá-las como próprias, as empresas não necessitarão mais do que um trabalho marginal que as mostrem homogêneas.

Como vocês bem compreenderão, qualquer variedade é fruto do trabalho humano, essas não existem de maneira natural. Toda variedade foi criada e vai se aperfeiçoando ao longo do tempo, produto do trabalho de muitas e de muitos. O caráter de “nova” que o UPOV 91 exige é definido nos documentos da Convenção como aquela que não é “manifestamente conhecida”. Ele não é garantia alguma para nós camponesas e camponeses de que as empresas não se apropriarão de nossas variedades, já que nossas variedades circulam principalmente através

de canais locais e informais e, é claro, esses não são considerados “manifestamente conhecidos”.

É lamentável ouvir aos “especialistas”, que nos taxaram de ignorantes, omitindo nossos saberes e desconhecendo nossa ciência que é a que gerou por milênios as sementes que alimentam o mundo. Parece que a eles só interessam os aspectos de mercado e em parte alguma se referiram ao tema da alimentação. Nessas circunstâncias é lógico perguntar-se: por que as autoridades obstinam-se em fazer aprovar no parlamento a adesão a um convênio internacional que amarra e obriga o país ao cumprimento de suas normas. Esse projeto de lei, no futuro, regulará no país os direitos de propriedade intelectual sobre obtenções vegetais. Vale perguntar-se: Por que outros países como Argentina, Brasil, México e Colômbia se negaram a aderir ao UPOV 91. Quais são os interesses de fundo que estão gerando este absurdo processo?

Queremos também tornar presente diante deste Tribunal Constitucional a grave circunstância que implica a aprovação do UPOV 91 no Congresso Nacional, diante da ausência de consulta às organizações dos povos originários, como estabelece o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O convênio estabelece que deverá se consultar de boa fé aos povos indígenas quando se projetem leis que os afetem. É precisamente nos territórios e comunidades dos povos originários onde se produziu o maior despojo histórico do patrimônio fitogenético. O Convênio 169 estabelece que deverão proteger-se os recursos naturais existentes em terras indígenas. Ou seja, no momento de ratificar o Convênio, o Chile tem o dever de tomar as medidas que forem necessárias para aplicar suas disposições; donde também se torna inconstitucional não ter realizado as consultas suficientes e informadas aos povos originários do país.

Por todo o exposto e pelas mesmas razões apontadas pelos 17 senadores da república (e as muitas outras que sem dúvida foram formuladas pelas cidadanias e pelas organizações sociais, somadas às que estão sendo expressas por representantes de diversas organizações e regiões do país hoje nesta audiência pública), esperamos que se comprove que o Convênio UPOV 91 atenta contra as garantias constitucionais estabelecidas e provoca um dano irreparável em nossa soberania alimentar, aos sistemas alimentares locais e à nossa cultura, ameaçando a existência do próprio campesinato. Por isso reiteramos nossa solicitação e apoiamos respeitosamente todas as outras petições para que a resolução de adesão do Chile ao Convênio UPOV 91 seja declarada inconstitucional e sua adesão a ele seja revogada.

□ □ □ □ □ □ □ □ □ □

“Não há justificativas para a grilagem legalizada de terras”

Em fevereiro de 2011, o Fórum Social Mundial em Dakar retomou a inquietude que há anos as comunidades, as organizações e diferentes grupos de pesquisa e organismos da sociedade civil expressam em relação à grilagem legalizada de terras, uma tendência mundial de compra, arrendamento e associação entre governos, ou entre empresas privadas e governos, para se apoderar de terras em diferentes países com a finalidade de produzir alimentos em nível comercial e obter enormes lucros. Isto destrói a soberania nacional dos países que aceitam esse tipo de acordos comerciais. Por outro lado, desde 17 de abril, Dia Internacional das Lutas Camponesas, proeminentes organizações camponesas, de pastores, de pescadores artesanais, de direitos humanos e de pesquisa, através do documento “Está na hora de proibir a grilagem legal de terras e não dar a ela uma fachada de “responsabilidade”, questionaram ao Banco Mundial, a três agências das Nações Unidas e a vários governos, por promoverem investimentos agrícolas que têm como resultado a grilagem legalizada de terras em escala maciça. Entre os dias 18 e 20 de abril, investidores, funcionários de governos e pessoal dos organismos internacionais reuniram-se em Washington DC para a Conferência Anual do Banco Mundial sobre Terra e Pobreza. Discutiram como operacionalizar um âmbito de trabalho conhecido como Princípios para o Investimento Agrícola Responsável (IAR). Formulados pelo Banco Mundial, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), pela

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e pela Organização de Agricultura e Alimentação (FAO), os princípios de “investimento agrícola responsável” são sete princípios que os investidores podem decidir obedecer ou não quando realizem aquisições de terras agrícolas em grande escala. Está na hora de proibir a grilagem legal de terras ... fustigou os “princípios de investimento agrícola responsável” e demandou a proibição imediata da grilagem legal de terras.

Segundo Henry Saragih, da Via Campesina, “A crise nos preços de alimentos ocorreu pela mercantilização dos alimentos. Os princípios de “investimento agrícola responsável” legitimarão a grilagem legal de terras de uma forma pior que na era colonial. As transnacionais vão tomar terra de todos os tipos e tamanhos. Não haverá lugar para os camponeses, os povos e as comunidades viverem. Esse tipo de produção agrícola está provocando um modo de vida muito dependente de umas poucas transnacionais”.

“As aquisições de terra em grande escala estão projetadas para abrir novos espaços à agricultura industrial, de monocultivo, orientada para exportações”, disse Henk Hobbelink, do GRAIN. “Não temos por que legitimá-las através de nenhum “princípio” ou “código de conduta” para investidores. Essa não é uma agricultura que dê de comer às pessoas de formas justas e sustentáveis”.

Os relatos que chegam da Ásia, África e América Latina revelam que as comunidades locais estão sendo despojadas, como nunca antes, de sua única fonte de segurança de vida e alimentação. Os relatórios mostram que pelo menos 50 milhões de hectares de boas terras agrícolas – suficientes para dar de comer a 50 milhões de famílias na Índia – foram transferidas dos camponeses para as corporações somente nos últimos anos. Os agentes de investimento calculam que já foram comprometidos uns 25 bilhões de dólares em nível global, e alardeiam que a cifra triplicará num futuro muito próximo. Os princípios de “investimento agrícola responsável” oferecerão uma máscara de respeitabilidade a esses imensos negócios de terras.

“Os princípios de IAR são perigosamente enganosos”, diz Shalmali Guttal, da Focus on Global South. “As corporações e os governos ganharão, mas as comunidades locais, os ecossistemas e as futuras gerações terão de perder; a apropriação das terras rurais dos povos é totalmente inaceitável, não importa que orientações sejam seguidas. “A violação das leis internacionais de direitos humanos é uma parte intrínseca da grilagem legal de terras”, afirmou Sofia Monsalve, da FIAN International. “São violações aos direitos humanos as expulsões pela força, o cercamento de vastas extensões de terra que os povos rurais não poderão utilizar nem agora e nem no futuro, a introdução de modelos de agricultura e de uso do solo que destroem os ambientes naturais, a contundente negativa de informar e de impedir uma participação local significativa nas decisões políticas que afetam as vidas das pessoas”.

Segundo Ibrahim Coubaly, do CNOP-Via Campesina em Mali, “a grilagem legal de terras é banditismo de Estado; tem a ver com arrebatou ou tomar o único recurso que sobra às pessoas para dá-lo àqueles que já têm demasiado, àqueles que já são extremamente ricos. Isso é inaceitável”.

Ao contrário, Está na hora de proibir a grilagem legal de terras ..., chama a promover uma reforma agrária renovada e genuína e um investimento agrícola que apoiem os camponeses e produtores em pequena escala para que produzam em suas próprias terras através de meios agroecológicos.

No âmbito da reunião sobre agricultura do G20, celebrada em Paris nos dias 21 e 22 de junho, centenas de organizações da sociedade civil, incluindo movimentos camponeses e de criadores de animais, grupos de mulheres e organizações não governamentais, tornaram como seu o Chamado de Dakar contra a grilagem legal de terras, que surgiu do Fórum Social Mundial.

Enquanto os ministros de agricultura dos 20 países mais ricos do mundo discutiam o que fazer com a volatilidade dos preços dos alimentos e a crescente crise alimentar, milhões de hectares de terra fértil, juntamente com seus respectivos recursos de água, são grilados legalmente. Despojam-se milhões de famílias camponesas e outros povos rurais e indígenas, que são expulsos de suas terras ficando privados de seu sustento.

No Chamado de Dakar, entregue ao governo francês que preside o G20, urge-se aos governos para deter de imediato as grilagens legais de terras e devolver as terras roubadas às comunidades. Por enquanto, o G20 favorece a grilagem legal de terras e respalda os “princípios de investimento agrícola responsável”.

As organizações demandaram ao Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas para rechaçar definitivamente os mencionados princípios, que são ilegítimos, e que não conseguem trazer equidade a nenhuma grilagem legal de terras. Que não são diretrizes obrigatórias e efetivas sobre a posse de terra e que não respeitam nem protegem os direitos dos povos nem das pessoas, especialmente o direito à alimentação.

Apresentamos a seguir o documento “É hora de proibir a grilagem legal de terras, não de lhe dar uma fachada de ‘respeitabilidade’”, que foi tornado público em abril por ocasião da reunião do Banco Mundial com um grupo de cerca de 200 investidores em terras agrícolas, funcionários de governos e servidores públicos internacionais.

Esse documento foi subscrito, num primeiro momento, pelo FIAN International, Focus on the Global South, Amigos da Terra Internacional, Global Campaign on Agrarian Reform, GRAIN, Via Campesina, Plateforme Régionale Paysanne de l’Afrique Centrale, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Réseau des Organisations Paysannes et des Producteurs Agricoles de l’Afrique de l’Ouest, World Alliance of Mobile Indigenous Peoples e World Forum of Fisher Peoples. Por que as agências das Nações Unidas e alguns governos muito envolvidos insistem em pretender que esses negócios com terras funcionem mediante “investimentos agrícolas responsáveis”?

Está na hora de proibir a grilagem legal de terras e não de lhe dar uma fachada de “responsabilidade”

As grilagens legais de terras de hoje são pactuadas em alta velocidade. Os contratos estão apenas sendo assinados e já aram os solos, a terra está sendo cercada para manter as pessoas fora e as populações locais estão sendo expulsas de seus territórios, com consequências devastadoras. Ainda que os detalhes exatos sejam difíceis de obter, está claro que pelo menos 50 milhões de hectares de terra boa de cultivo – quantidade suficiente para alimentar 50 milhões de famílias na Índia – foram transferidas dos agricultores às corporações nos últimos anos e, diariamente, se juntam mais investidores nessa corrida.¹ Alguns desses negócios são apresentados como uma forma inovadora de atender as necessidades de segurança alimentar de países que são dependentes dos mercados externos para conseguir alimentar as suas populações, tais como Qatar, Arábia Saudita, Coréia do Sul ou China. Outros se apresentam despidos como o que são: acordos de negócios e novas oportunidades de obter lucros rápidos. Apesar do envolvimento dos Estados, a maior parte dessas transações é acertada entre os governos anfitriões e as corporações privadas. As empresas implicadas calculam que até o momento já foram comprometidos, em nível global, uns 25 bilhões de dólares, e alardeiam que a cifra triplicará num futuro muito próximo.²

O que são os Princípios de Investimento Agrícola Responsável? Com grande nervosismo e preocupação diante das potenciais reações políticas negativas provocadas pela fase atual da grilagem legal de terras, alguns governos e organismos internacionais, do Japão ao G-8, decidiram sugerir critérios que pudessem tornar esses negócios aceitáveis. O mais proeminente desses é o documento produzido pelo Banco Mundial (BM), conhecido como *Princípios de Investimento Agrícola Responsável que Respeitem os Direitos, os Meios de Sustento e os Recursos (conhecido pela sigla IAR)*. Os princípios de “investimento agrícola responsável” foram formulados e promovidos conjuntamente desde janeiro de 2010 pelo Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO).³ São sete princípios que os investidores podem subscrever voluntariamente ao empreender aquisições de terras agrícolas em grande escala (ver quadro). É notável que os princípios de investimento agrícola responsável nunca tenham sido submetidos à aprovação dos órgãos de governo das quatro instituições promotoras.

Os princípios de “investimento agrícola responsável”

(sete princípios para uma grilagem legal de terras onde “todos ganhem”):

1. *Direitos à terra e aos recursos*: devem ser reconhecidos e respeitados os direitos existentes em relação à terra e aos recursos naturais.
2. *Segurança alimentar*: os investimentos não colocarão em risco a segurança alimentar; ao contrário, a fortalecerão.
3. *Transparência, e um ambiente propício*: os processos para ter acesso à terra e para realizar os investimentos relacionados serão transparentes, contarão com supervisão e garantirão a prestação de contas.
4. *Consulta e participação*: aqueles que sejam afetados no material serão consultados e os acordos de tais consultas serão registrados e tornados efetivos.
5. *Viabilidade econômica e investimento responsável nas agroempresas*: os projetos serão viáveis em todos os sentidos, respeitarão a força da lei, refletirão as melhores práticas da indústria e terão como resultado valores compartilhados duradouros.
6. *Sustentabilidade social*: os investimentos gerarão impactos sociais e de distribuição desejáveis, e não incrementarão a vulnerabilidade.
7. *Sustentabilidade ambiental*: os impactos ambientais serão quantificados e serão tomadas medidas para promover o uso sustentável dos recursos e, ao mesmo tempo, minimizar e mitigar os impactos negativos.

Os principais promotores dos PIAR (desde 2009):

União Europeia, FAO, G8, G20, FIDA, Japão, Suíça, UNCTAD, Estados Unidos, Banco Mundial

Em abril de 2010, 130 organizações e redes de todo o mundo, incluídas algumas das mais representativas alianças de camponeses, pastores e pescadores artesanais denunciaram a iniciativa que defende esses princípios de “investimento agrícola responsável”. Sua declaração deixou em evidência que os princípios de IAR são uma manobra para legitimar a grilagem legal de terras, e afirmou que facilitar o controle às corporações (estrangeiras ou nacionais) das terras agrícolas dos povos é algo totalmente inaceitável não importando que diretrizes sejam seguidas.⁴

Após a publicação desta declaração, ela foi respaldada por muitos outros grupos e movimentos sociais de todo o mundo. Pouco depois, o Relator Especial para o Direito à Alimentação das Nações Unidas criticou publicamente os princípios do IAR por serem “perigosamente inadequados” e declarou: “É lamentável que, ao invés de nos colocarmos à altura do desafio que implica desenvolver a agricultura de modo que seja mais sustentável social e ambientalmente, atuemos como se acelerar a destruição do campesinato global pudesse ser conseguido de maneira responsável”.⁵

Em setembro de 2010, o Banco Mundial publicou seu muito esperado relatório sobre as aquisições de terras em grande escala. Depois de dois anos de pesquisa, o Banco não conseguiu encontrar exemplos convincentes de “benefício” para as comunidades ou para os países pobres, apenas uma longa lista de perdas. Na realidade, as companhias e os governos envolvidos nesses negócios agrários se recusaram a compartilhar informação com o Banco Mundial a respeito de seus investimentos em terras de cultivo, tendo o Banco, então, que confiar como fonte de informação o site eletrônico (farmlandgrab.org), publicado pela organização da sociedade civil GRAIN. Apesar disto, como conclusão de seu relatório, o BM promove os princípios de IAR.

Apesar dos sérios problemas de legitimidade dos princípios de IAR, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS, por sua sigla em inglês), em outubro de 2010, debateu sem respaldar ou não tal iniciativa. Alguns governos como o dos Estados Unidos e o do Japão estiveram a favor dela. Outros, incluídos África do Sul, Egito em nome do grupo do Oriente Médio, e China, expressaram uma forte oposição devido à ausência de um processo adequado de consulta. Uma coalizão de movimentos sociais e organizações publicaram uma crítica detalhada do âmbito de operação dos princípios de IAR antes da reunião do CFS.⁶ Isto catalisou os movimentos sociais rurais, em particular os afiliados ao Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (CIP) e outras organizações da sociedade civil que fizeram um

apelo ao CFS para que rejeitasse o documento de princípios de IAR. Ao final, o CFS não respaldou o citado documento e concordou unicamente em começar um processo de inclusão para considerar os princípios de IAR.

No final de 2010, parecia que a pressão de alto nível em favor dos princípios de uma grilagem legal de terras socialmente responsável onde “todos ganhem” estava a ponto de naufragar. Neste meio tempo, os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil continuaram fortalecendo a oposição popular aos citados princípios. No Fórum Social Mundial de Dakar, celebrado em fevereiro de 2011, os movimentos camponeses e as organizações ambientalistas, de direitos humanos e de justiça social reuniram-se para compartilhar experiências e consolidar suas lutas contra a grilagem legal de terras, sem a distração desse código de conduta sem sentido. Lançaram um apelo público – que continua ganhando apoio – para rechaçar os princípios de “investimento agrícola responsável” e para resistir à grilagem legal.⁷ Mas os promotores dos princípios dos investimentos agrícolas “responsáveis” recusam-se a se renderem.

Atualmente, a direção do CFS prepara uma proposta de como se deveria conduzir um processo de inclusão de consulta sobre os IAR.⁸ A minuta inicial que circula para receber comentários já provocou agudas críticas dos movimentos sociais e da sociedade civil. O Comitê Internacional de Planejamento (CIP) afirmou que se oporá a um processo cujo foco principal seja tentar aliviar os impactos negativos das aquisições de terras em grande escala. Argumentou, por outro lado, que o CFS deve primeiro analisar se os princípios de “investimento agrícola responsável” são a resposta aos problemas no terreno e depois reorientar a discussão à questão sobre que tipo de investimento é necessário na agricultura para vencer a fome e apoiar os agricultores em pequena escala, em particular às mulheres. O CIP recomendou que o CFS deixe de utilizar o nome atual (IAR), porque está demasiado associado com a grilagem legal de terras, não com os investimentos. Mas as quatro agências que promovem os princípios de IAR continuam pressionando.

Ao mesmo tempo, o BM publicou o programa para sua conferência anual sobre terras e pobreza em sua sede de Washington DC.⁹ Os princípios de IAR estão no centro da discussão. Seu objetivo central, agora, é começar a operacionalizar os IAR a partir de experiências de outros mecanismos de “responsabilidade social corporativa” (RSC), como as Mesas Redondas sobre Soja Sustentável e Biocombustíveis, ou a Iniciativa de Transparência da Indústria Extrativista.¹⁰

Neste meio tempo, os governos nacionais lutam para conter a crescente oposição a essa nova febre por terras. Quando toda essa conversa sobre resultados em que “ambas partes ganham” começa a soar vazia ao compará-la com a realidade do que na verdade significam essas grilagens legais de terras, alguns governos como os da Argentina, Brasil e Nova Zelândia começam a responder com promessas de legislação que restrinja ou discipline as possibilidades dos estrangeiros para adquirir terras de cultivo nacionais. Outros, como Camboja, Etiópia e Gana, estão empregando força legal e força bruta para suprimir a oposição local. Na campanha para as eleições presidenciais em Mali, o partido de oposição, o Partido para o Renascimento Nacional (Parena), solicitou que o presidente da república, Touré, revelasse por completo os detalhes de arrendamentos de terras que somam várias centenas de milhares de hectares irrigáveis que foram concedidos na região conhecida como Office du Niger. No Sudão, o país que permitiu a maior grilagem legal de terras na África, os moradores das comunidades estão se levantando contra o governo de Cartum por lhes haver tirado suas terras.

O que está mal com os princípios de “Investimento Agrícola Responsável”. Os IAR não têm a ver com facilitar investimentos em agricultura. Os princípios de IAR procuram criar uma ilusão de que a grilagem legal de terras pode continuar sem consequências desastrosas para os povos, as comunidades, os ecossistemas e o clima. Essa ilusão é falsa e enganosa. Os IAR são uma tentativa de esconder as desigualdades visando que os grileiros de terras e as autoridades governamentais que realizam esses negócios obtenham o que buscam. Além de tudo, nem os camponeses, nem os pastores ou pescadores artesanais estão pedindo para vender ou arrendar suas terras.

A grilagem legal agrária impede que vastas extensões de terra possam ser utilizadas agora, e no futuro, por indígenas, camponeses, pastores, pescadores artesanais e nômades, o que ameaça seriamente seus direitos à alimentação e ao sustento seguro. A grilagem legal de terras também sequestra todos os recursos de água que ali existam, no solo, no subsolo ou circundando tais terras, o que é na prática uma privatização da água. A violação das leis internacionais de direitos humanos é uma parte intrínseca da grilagem legal de terras, devido à ocorrência de expulsões pela força, ao silenciamento e repressão aos críticos, à introdução de modelos não sustentáveis de agricultura e de uso do solo que destroem os ambientes naturais e esgotam os recursos naturais, à negativa terminante de informação e ao impedimento de uma participação local significativa nas decisões que afetam a vida das pessoas. Nenhum conjunto de princípios voluntários pode remediar esses fatos e essas realidades. Não podem, tampouco, serem adaptados para serem apresentados como políticas públicas ou regulamentação estatal.

A grilagem legal de terras que tem por objetivo dar aos investidores uma taxa de ganho de 20% é, pura e simplesmente, uma especulação financeira. É por isso que a grilagem legal de terras é totalmente incompatível com a segurança alimentar: a produção de alimentos apenas consegue ganhos entre 3 e 5%. A única coisa que a grilagem legal de terra consegue é enfatizar a mercantilização da agricultura com o único propósito de remunerar em excesso o capital especulativo.

Há os que acreditam que promovendo transparência nos negócios de aquisição de terras pode-se, de alguma forma, alcançar resultados onde “ambas as partes ganhem”. No entanto, mesmo se fosse feito com “transparência”, a transferência de vastas porções de terra, florestas, áreas costeiras e fontes de água a grupos de investidores irá privar, de qualquer forma, os camponeses, os pastores, os pescadores artesanais e outras comunidades locais dos recursos e do sustento cruciais para as gerações que virão. Em muitos países há uma necessidade urgente de proteger a posse da terra dos camponeses e outros produtores em pequena escala, e muitos movimentos sociais vêm lutando pelo reconhecimento de seus direitos agrários durante muitos anos. Os princípios de “investimento agrícola responsável” reverterão qualquer progresso conseguido até agora em favor de uma reforma agrária, em favor dos direitos territoriais.

E em relação aos grandes atores, os IAR poderão ser tão somente outro de seus triunfos de seus mecanismos de “responsabilidade social corporativa”, um ato de relações públicas que podem trazer à baila cada vez que lhes convenha. No mundo real, continuarão confiando nos tratados comerciais e de proteção de investidores, nos resquícios legais e nos Estados complacentes, nos esquemas de seguros de risco político (proporcionados pelas instituições internacionais que promovem os princípios de IAR), que os salvem de qualquer penúria ou responsabilidade financeira.

O problema é óbvio. Esses projetos de agronegócios – dos 10 mil hectares do acordo de Malibya no Office du Niger, em Mali, aos 320 mil hectares que o Grupo Beidahuang acertou em Rio Negro, Argentina – provocam um dano enorme e são profundamente ilegítimos. Tentar compensar a ausência de legitimidade fazendo que os investidores venham aderir a um número de princípios é uma fraude.

Vamos investir em soberania alimentar. Os princípios de investimento agrícola “responsável” não sintonizam com os tempos. Todo o enfoque do chamado desenvolvimento agrícola que representam – aumentar os gases de efeito estufa, o esbanjamento de combustíveis fósseis, a destruição da biodiversidade, a privatização dos recursos hídricos, a erosão dos solos, o empobrecimento das comunidades, o sistema de produção dependente de sementes geneticamente modificadas – pertence ao monte de detritos do desenvolvimento destrutivo, não sustentável, próprio do século vinte. Assim como nossas irmãs e irmãos dos países árabes estão rompendo as cadeias de velhos regimes para recuperar sua dignidade e o espaço da autodeterminação, necessitamos romper as cadeias do sistema alimentar corporativo.

Devemos deter e proibir imediatamente a grilagem legal de terras; não legitimá-la outorgando-lhe uma fachada moral. Isso significa que os parlamentos e os governos nacionais devem suspender imediatamente todas as grilagens legais de terras atuais e futuras,¹¹ rescindir

os contratos já assinados, devolver a terra saqueada e tornar ilegal a grilagem legal de terras. Os governos devem também deixar de oprimir e de criminalizar aqueles que defendem suas terras, e colocar em liberdade os ativistas detidos.

Reiteramos as exigências feitas diversas vezes pelos movimentos sociais, pelas organizações da sociedade civil e por numerosos acadêmicos para que se implementem ações imediatas de acordo com a Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, de 2006 – a referência multilateral de consenso e de maior autoridade em relação à terra e aos recursos naturais -, assim como as conclusões da Avaliação Internacional da Função do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Agrícola (IAASTD), de 2008. Da mesma forma, apelamos ao CFS para que adote as diretrizes da FAO em relação à Governança da Posse da Terra e dos Recursos Naturais que têm fortes raízes nas leis de direitos humanos, com a finalidade de que sejam efetivamente utilizados para proteger e cumprir com os direitos à terra e aos recursos naturais de todas as populações rurais e urbanas em nível nacional e internacional.

É óbvio, para nós, que ao longo dos últimos anos tem crescido um amplo consenso em relação às soluções reais para a fome, a crise alimentar e o caos climático. Algumas dessas soluções são:

- * a agricultura camponesa, a agricultura familiar, a pesca artesanal e os sistemas alimentares dos povos indígenas que se baseiam em métodos ecológicos, e em mercados de circuitos curtos, são formas de avançar para sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis, e que reforçam os meios de garantir o sustento.

- * os sistemas de produção, distribuição e consumo devem mudar radicalmente para se ajustar à capacidade de carga da Terra.

- * substituir os regimes neoliberais, verticais, encabeçados pelas corporações, por novas políticas agrícolas que respondam às necessidades, propostas e controle direto dos produtores de alimentos em pequena escala.

- * devem ser levados a cabo programas genuínos de reforma agrária e aquática, com o fim de retornar a terra e os ecossistemas às comunidades locais.¹²

Este é o caminho da soberania alimentar e da justiça, totalmente oposto às grilagens legais de terra “responsáveis”.

E continuaremos lutando e pelejando por esse caminho junto com muitos aliados no mundo todo.

1 Em 2010, o Banco Mundial informou que, só em 2009, 47 milhões de hectares foram arrendados ou vendidos em todo o mundo. O Global Land Project calculou que 63 milhões de hectares mudaram de mãos unicamente em 27 países da África. Ver: “*New World Bank report sees growing global demand for farmland*”, Banco Mundial, Washington DC, 7 de setembro de 2010, <http://farmlandgrab.org/post/view/15309>, e Cecilie Friis & Anette Reenberg, “*Land grab in Africa: Emerging land system drivers in a teleconnected world*”, GLP Report núm. 1, The Global Land Project, Dinamarca, agosto de 2010, <http://farmlandgrab.org/post/view/14816>, respectivamente

2 Ver: High Quest Partners, “*Private financial sector investment in farmland and agricultural infrastructure*”, OCDE, Paris, agosto de 2010, <http://farmlandgrab.org/post/view/16060>

3 Os quatro organismos internacionais criaram também uma plataforma de internet para intercambiar informação sobre os princípios de IAR. Ver <http://www.sponsibleagroinvestment.org/>

4 <http://farmlandgrab.org/post/view/12256>; <http://www.landaction.org/spip/spip.php?article554&lang=es>

5 “*Responsibly Destroying the World’s Peasantry*” por Olivier de Schutter, Bruxelas, 04 de junho de 2010, <http://www.project-syndicate.org/commentary/deschutter1/English>

6 Ver *Por qué nos oponemos a los Principios de Inversión Agrícola Responsable (IAR)* <http://www.landaction.org/spip/spip.php?article574> e <http://www.focusweb.org/content/why-we-opposeprinciples-responsibleagricultural-investment-rai>

7 Ver *Llamamiento de Dakar* contra a grilagem legal de terras, aberto para que as organizações o respaldem com sua assinatura até junho de 2011 <http://www.petitiononline.com/dakar/petition.html>

8 Ver <http://cso4cfs.files.wordpress.com/2010/11/proposal-for-consultationprocess-on-rai-principles.pdf>

9 Ver <http://go.worldbank.org/YJM5ENXKIO>

10 Para entender o contexto ver John Lamb, “*Sustainable Commercial Agriculture, Land and Environmental (SCALE) management initiative: Achieving a global consensus on good policy and practices*”, Banco Mundial, julho de 2009, <http://farmlandgrab.org/post/view/7649>

11 Referimo-nos aos atos através dos quais alguém se apodera de uma gleba de terra ou a controla, com fins comerciais ou de produção agroindustrial, que seja desproporcional em tamanho quando comparada com a média das glebas de terra na região.

12 Esse consenso reflete-se no trabalho do Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, Olivier de Schutter. Seu relatório de março de 2011 sobre agroecologia e o direito à alimentação captura grande parte da opinião pública sobre como avançar em relação ao assunto. Ver <http://www.srfood.org/index.php/en/component/content/article/1-latestnews/1174-reportagroecology-and-theright-to-food>.

☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒

Costa Rica

Legalizar o despojo

Henry Picado Cerdas e José Julia Llaguno Thomas

Na Assembleia Legislativa – parlamento costarricense – tramita um projeto de lei que mudará radicalmente a forma de administrar as terras cultiváveis que ainda se encontram em mãos do Estado.

A proposta de criação do Instituto de Desenvolvimento Rural (Inder) gerará mecanismos para adjudicar e arrendar terras, com princípios e controles inspirados na visão mercantilista e agroexportadora. Justificarão a mudança com a competitividade, eufemismo para os processos de abertura comercial e liberalização econômica.

Hoje, as terras cultiváveis em mãos do Estado são administradas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), sucessor do antigo ITCO (Instituto de Terra e Colonização), este último responsável por institucionalizar as lutas pela terra e acalmar as mobilizações de camponeses e camponesas entre os anos sessenta e oitenta. Com financiamento norte-americano, o IDA converteu-se na principal ferramenta do Estado costarricense para disfarçar os conflitos pela posse da terra através de políticas públicas do “Estado benfeitor” durante o período de luta armada na América Central. Buscava-se evitar a expansão do comunismo na América Central e fazer da Costa Rica uma vitrine publicitária de um *capitalismo exitoso* criando uma burguesia local artificial.

Entre 1990 e 2000 implementaram-se os “Certificados de Abono Tributário” (CAT), subsídios à exportação (que custaram ao Estado uns 200 mil dólares por cada milhão exportado). Estimulavam o modelo agroexportador e desmantelaram a produção de grãos básicos: arroz, feijão e milho que abasteciam o consumo nacional. Esses incentivos promoveram a perda de soberania alimentar, a extensão de monocultivos, a homogeneização e a perda de agrobiodiversidade. A maioria dos incentivos foi aproveitada por transnacionais agrícolas e não por camponeses.

Nova insegurança jurídica. Enquanto a exploração de terras cultiváveis enfrenta grandes processos de concentração e grilagem legal por parte de multinacionais produtoras de frutas, como Del Monte e Dole, o governo (acatando disposições do Banco Mundial) propõe não oferecer mais títulos de propriedade a pequenos agricultores de forma direta. O projeto de Lei 17218 “Transformação do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) em Instituto de Desenvolvimento Rural (Inder)” vai além da simples mudança de nome. Por outro lado, o IDA não goza de boa reputação entre os camponeses costarricenses, já que se caracterizou por incentivar o uso de pacotes tecnológicos com agrotóxicos e sementes certificadas dentro dos assentamentos camponeses. Foi denunciado por discriminação e, inclusive, alguns de seus funcionários são acusados de assédio sexual a mulheres do campo.

Com esse projeto pretendem alterar a forma de conceder as parcelas às pessoas que desejem terra para trabalhar. Até agora, as terras eram outorgadas a camponeses e camponesas através de um mecanismo de seleção, ou, na pior das hipóteses, através de atos clientelistas derivados das eleições locais ou nacionais (coisa que não se pretende alterar na nova legislação). Mas os camponeses gozavam de segurança, uma vez que lhes outorgavam direitos sobre um determinado pedaço de terra que depois de 15 anos passava a ser um bem do produtor ou produtora. Agora, pretendem outorgar contratos de arrendamento por períodos de 5 anos fazendo com que as famílias camponesas fiquem sujeitas a mais regulamentações. Isso porque o arrendamento significa não dar direito a título de propriedade nem poder

construir sequer um lugar para viver, já que não está seguro que o Estado reconheça esse imóvel como “uma melhoria útil” – única forma de ser indenizado ao término dos 5 anos.

Com isso, os novos assentamentos camponeses ficam marcados por uma insegurança jurídica já que o governo poderá tirar os camponeses e camponesas dessas terras no momento que desejar, amparado em parâmetros do Plano de Desenvolvimento Rural e baseado em indicadores de “competitividade” e “aproveitamento das vantagens comparativas” que, em geral, não são compatíveis com a agricultura camponesa, que se baseia na biodiversidade, no cuidado dos solos e no manejo de florestas e não podem ser medidos por parâmetros ligados ao mercado global.

Outro assalto as bens comuns. Uma mudança importante vem a ser o enfoque conceitual ao setor empresarial. Nessa linha, o projeto de lei menciona: “Fortalecer o sistema institucional rural e sua articulação na execução dos planos de desenvolvimento rural territorial, desenhados com a participação do setor privado”. Não só representa uma nova forma de conceber as políticas públicas para o setor agrícola, mas introduz uma grande incerteza sobre o manejo de terras de domínio público, colocando-as a serviço do setor privado.

A lei não esclarece de nenhuma forma como se dará esse tipo de concessões, apenas abre uma brecha legal para justificar o que já ocorre há anos com as terras do Estado: prefere-se colocar a serviço de empresas do monocultivo e não em mãos de camponeses e camponesas. Em 2010, o IDA destinou (de forma ilegal) parcelas de assentamentos camponeses para a produção de abacaxi a uma grande empresa exportadora. Isso foi denunciado por vizinhos e vizinhas de Guatuso, zona norte do país, lindeiros com o Refúgio de Vida Silvestre Caño Negro.

A Costa Rica vem sendo conhecida, nos últimos anos, por ser a maior exportadora mundial de abacaxi, cujo principal mercado encontra-se na Europa, com um crescimento de mais de 600% na década passada, mais de 60 mil hectares cultivados e graves consequências para as comunidades vizinhas ao monocultivo.

Também não são claras as alianças de investimento público-privadas. Esse projeto de lei (que conta com o apoio da maioria dos deputados e deputadas no congresso) menciona que um de seus objetivos será “Promover as alianças público-privadas necessárias e facilitar os esquemas de conversão”. Sem esclarecer a forma de atuação dessa lei, fica outra brecha aberta para o grande capital financeiro que investe grandes somas de dinheiro na América Latina e que vem gerando um clima de especulação e grilagem legal nos mercados de terras e de produção de alimentos.

Propriedade Intelectual. A discussão sobre Propriedade Intelectual na Costa Rica nunca é um tema de debate nacional, pois o governo procura escondê-lo sempre que pode. Assim foram implementados os tratados internacionais do UPOV91 e Budapeste, como parte do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana. Essas leis de implementação complementares ao TLC chocavam-se com a Lei de Biodiversidade (Lei 8877) que foi modificada de fato através de decretos executivos em 2008, no governo de Oscar Arias, para garantir a bioprospecção e o patenteamento da biodiversidade.

Não é por acaso que o projeto de lei 17218, que estamos comentando, defenda “Facilitar aos moradores rurais, o registro e a proteção de seu conhecimento ancestral, denominações de origem, indicações geográficas e das inovações”.

Esses mecanismos colocam em risco àqueles que utilizam e compartilham sementes camponesas e os saberes associados a elas, já que o país está sujeito a legislações que facilitam o patenteamento da vida. Em geral, essa mudança na institucionalidade do setor agropecuário costarricense aponta para um modelo já excludente e insustentável com mais obstáculos para as comunidades camponesas, o que agravará a crise do agro costarricense.

☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒

Uma panorâmica e muitas vistas

Sementes ancestrais

As chaves do futuro: em mãos de quem

Diante da investida mundial (isso sim, juridicamente muito legal) contra a posse, custódia e livre troca de sementes ancestrais e, por fim, dos saberes que as têm acompanhado por uns 12 mil anos pelo menos, só nos resta insistir em que essa posse, essa custódia e essa livre troca (junto com seus saberes) são cruciais para o futuro da humanidade. Nesta ocasião, em uma panorâmica e muitas vistas, apresentamos múltiplas vozes que defendem as sementes ou que alertam contra os ataques às mesmas.

Sejam técnicas de caça, métodos de plantio, limpeza, coleta, pesca, fiação, olaria, cozimento, ferraria, costura, seleção de sementes ou seu cuidado ancestral, os saberes não são coisas. São tramas muito complexas de relações, muitas delas ancestrais, e se entrelaçam com a comunidade, o coletivo, a região, a circunstância, a experiência de onde surgem e de onde se lhes celebra como parte de um todo que pulsa porque está vivo. Podem assumir formas mais abstratas como coletar água, equilibrar torrentes, convocar chuvas, recuperar mananciais, curar os solos, desviar os ventos, curar nostalgias, perdas, pesadelos, dar à luz ou estancar feridas, mas não podemos coisificá-los, são um processo vivo em condições particulares.

A esse todo os povos indígenas do mundo chamam território: ali é onde os saberes encarnam, crescem e se reproduzem mediante a criação mútua, porque são pertinentes ao entorno social, natural e sagrado que os criou e segue criando.

Tratar os saberes como mercadorias é fazê-los coisas e torná-los vazios e alheios. É despojá-los do impulso criativo – e comunitário – de onde surgiram. Os saberes mercantilizados se tornam “conhecimentos” ensinados pelos “professores”, certificados grau a grau pelos “especialistas” no sistema oficial “educativo”, “econômico”, “científico” ou “assistencial”, até ficarem desconectados da comunidade de onde surgiram. Então, os controladores de empresas e governos em nível local, nacional e mundial podem condicioná-los a seus caprichos e até utilizá-los contra aqueles que antes lhes iam dando forma livre.

Que sejam uma mercadoria os torna propensos a compra-venda. Estar certificados, usá-los como coisas, os coloca a atuar como “propriedade”, neste caso “propriedade intelectual”, patenteável. Ao serem patenteados são seqüestrados do todo, e já não podem mais fluir em sua eterna transformação criativa. O patenteamento é destruí-los como bens comuns, é destruir a criatividade social. Porque é absurdo patentear todo o jeito de viver de uma comunidade ou se adonar dos elementos que fazem a vida de toda uma comunidade, um povo, uma região. Como é possível patentear a cultura de um povo? Mas se faz. E quando não patenteiam, a menosprezam. A arrogância acadêmica-técnica pode considerar esses saberes “superstição, subjetividade, sentido comum, ignorância”. *“O surpreendente tecido saberes de cada lugar”*. Editorial de *Biodiversidade, sustento e cultura*, número 59, janeiro de 2009.

É indispensável nos determos um momento no cenário da manipulação genética para produzir alimentos e fazer uma breve comparação com a “manipulação” cultural e ideológica. Ambas são estratégias de colonização do ser humano e dos seres da natureza uma vez que as duas respondem à lógica da homogenização da identidade. A homogenização cultural responde à imposição da cultura ocidental para romper com a diversidade de culturas e conseguir uma monocultura globalizada que permita uma mais fácil dominação cultural. A homogenização dos alimentos (e da biodiversidade) responde à lógica do monocultivo que faz que um tipo ou um número reduzido de sementes implique no desaparecimento da virtuosa variedade de sementes pré-existentes. A diversidade agrícola genética de tipos de milho, de batata e de outros vegetais está desaparecendo. Se antes cada população tinha uma cultura específica e certas variedades de alimentos, que eram intercambiados com outras culturas que

ofereciam outras diversidades e variedades de alimentos, agora a cultura e os alimentos são praticamente homogêneos no mundo inteiro. Assim, a biodiversidade desaparece pela incorporação de novas tecnologias que visam prover às elites sociais novos modelos de opressão e lucro, e a espécie humana perde sua diversidade de identidades. E, considerando que “a gente é aquilo que come”, a biotecnologia utilizada para abrir mercado não é mais que um mecanismo que dá maior viabilidade ao projeto colonizador de mono-cultura e mono-identidade. *Maya Rivera Mazorco e Sergio Arispe Barrientos, “Los transgénicos: manipulación genética ¿y manipulación cultural? Rebelión, 5 de julho de 2011*

Até uns cem anos atrás, milhares de variedades de milho, arroz, moranga, tomate, batata, eram abundantes em comunidades camponesas. Ao longo de 12 mil anos de agricultura, foram manejadas umas 7 mil espécies de plantas e vários milhares de animais para a alimentação, mas hoje, segundo dados do Convênio de Diversidade Biológica, somente quinze variedades de cultivos e oito de animais representam 90% de nossa alimentação.

A agricultura industrial e intensiva, a partir da Revolução Verde, nos anos 1960, apostou em uns poucos cultivos comerciais, variedades uniformes, com uma estreita base genética e adaptadas às necessidades de mercado (colheitas com maquinaria pesada, preservação artificial e transporte em longas distâncias, uniformização no sabor e na aparência): umas políticas que impuseram sementes industriais com o pretexto de aumentar sua rentabilidade e produção, desacreditando as sementes camponesas e privatizando o seu uso.

Desse modo, e com o passar do tempo, foram sendo outorgadas patentes sobre uma grande diversidade de sementes, plantas, animais, etc., erodindo o direito camponês de guardar suas próprias sementes e armazenar seus meios de subsistência e suas tradições. Mediante esses sistemas [de propriedade intelectual], as empresas adonaram-se de organismos vivos e, através da assinatura de contratos, o campesinato depende da compra anual de sementes, sem possibilidade de poder guardá-las depois da colheita, plantá-las e/ou vendê-las para a safra seguinte. As sementes, que representavam um bem comum, patrimônio da humanidade, foram privatizadas, patenteadas e, definitivamente, “sequestradas”.

A generalização de variedades híbridas, que não podem ser reproduzidas, e os transgênicos, foram outros dos mecanismos utilizados para controlar sua comercialização. Essas variedades contaminam as sementes tradicionais, condenando-as à sua extinção e impondo um modelo dependente da agroindústria. O mercado mundial de sementes está extremamente monopolizado e apenas dez empresas controlam 70% do mesmo.

Como assinala a Via Campesina, a maior rede internacional de organizações camponesas, “somos vítimas de uma guerra pelo controle das sementes. Nossas agriculturas estão ameaçadas por indústrias que tentam controlar nossas sementes por todos os meios possíveis. O resultado dessa guerra será determinante para o futuro da humanidade, porque todos e todas dependemos das sementes para nossa alimentação cotidiana”.

Esther Vivas, “Semillas secuestradas”, Público, 11 de abril de 2011.

Quase com horror, as redes africanas e mundiais começaram a levantar vozes de alerta diante da possibilidade próxima de se instrumentalizarem regulamentações de todo tipo para as sementes em todo o continente africano, no âmbito de novos programas impositivos de intensificação agrícola, associados com a “nova” Revolução Verde.

Por isso, várias organizações e indivíduos reproduzem o seguinte comunicado onde se afirma que: “A União Africana e a Rede Africana de Sementes estabeleceram, com a colaboração da FAO, uma rede panafricana de laboratórios para a análise de sementes com a finalidade de acelerar a harmonização do mercado de sementes em todo o continente, para os cultivos tradicionais ou não tradicionais. Com base inicial em Nairobi, o Fórum para a Análise de Sementes na África (FAST) agilizará a aplicação de leis para harmonizar o setor e promover a análise de sementes e o controle de qualidade, o que incluirá a elaboração de protocolos para a análise de sementes dos principais cultivos para as empresas públicas e privadas. ‘O problema da baixa qualidade das sementes assola a agricultura africana há anos e contribuiu, em parte, para frustrar a Revolução Verde na África’, explica Robert G. Guei, oficial superior do Departamento de Agricultura e Proteção ao Consumidor, da FAO, ‘Um fornecimento inadequado de sementes de boa qualidade, para produzir alimentos e cultivos comerciais, é um

dos maiores gargalos na produção de alimentos no continente, o que contribui para a insegurança alimentar, impede o crescimento econômico e reduz o comércio de sementes entre os países, além de fomentar a dependência das sementes e dos alimentos', acrescentou". É preocupante, também, que o "FAST proporcionará, pela primeira vez, um marco de regulamentação para uma série de importantes cultivos alimentares africanos, como *Solanum nigrum*, uma planta medicinal que também é utilizada como hortaliça na Etiópia e em outros países da África oriental, especialmente durante a temporada de escassez, assim como a *Cleome gynandra*, ou couve africana". *GRAIN*, com informação do El Mercurio digital, 28 de abril de 2011, "Crean una red de análisis de semillas para África".

Outro projeto que pode levantar muitíssimas suspeitas porque é muito parecido com o que está ocorrendo na África é o Projeto Sementes Andinas, lançado pelo Ministério de Agricultura (Minag) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que facilitaria o acesso e uso de sementes de qualidade em zonas alto-andinas do Peru, Bolívia e Equador. O Minag disse que o objetivo do projeto é capacitar 5 mil pequenos agricultores com um investimento de mais de cinco milhões de dólares. O programa de apoio à agricultura familiar camponesa foi lançado pelo ministro de agricultura, Rafael Quevedo, e foi financiado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). A intervenção no Peru será realizada nas zonas de Ayachuto, Huánuco e Puno. "Esse projeto regional contribuirá para que agricultores do Peru, Bolívia e Equador possam dispor de sementes de qualidade, gerar um incremento em sua produção de tubérculos e grãos, assim como aumentar sua segurança alimentar e suas rendas econômicas", disse Quevedo".

Biodiversidad con información de La República.pe, 7 de maio de 2011 "FAO y Minag lanzan proyecto de semillas en Perú, Bolivia y Ecuador"

No México, os direitos de obtentor e patentes sobre o milho, além de ser ativamente promovidos pelas transnacionais de sementes e de transgênicos e pelas leis nacionais de sementes, são promovidos nas leis estatais mal chamadas de "fomento e proteção ao milho crioulo como patrimônio alimentar". Essas leis, que curiosamente chamam crioulo ao milho que no México sempre é nativo (crioulo quer dizer que veio de outra parte e foi criado aqui), estabelecem também a instauração de registros de variedades camponesas e listas de produtores, abrindo às autoridades novas oportunidades de intervir na autonomia e na vida camponesa, contribuindo para que esse controle possa ser utilizado, em conjunto com outras normas, para criminalizar o livre intercâmbio e as formas tradicionais camponesas de cuidar as sementes.

[...] O que não se explica em nenhum caso é por que essas leis também defendem as patentes sobre a vida, os direitos de obtentor para o milho camponês e as denominações de origem, todos mecanismos que só favorecem as transnacionais de sementes e de transgênicos, dizendo, ainda, que é "parte da proteção e do fomento do milho crioulo". A não ser que, neste caso, o termo crioulo esteja sendo usado literalmente e se refira a proteger o milho da Monsanto.

A iniciativa de lei apresentada em Oaxaca replica os mecanismos de controle contra as comunidades e sementes camponesas e introduz outros elementos perversos, como a necessidade de "validar as raças", para comprovar "sua autenticidade". Um novo exemplo de que aqueles que promovem essas leis, na melhor das hipóteses, não entendem o que, na verdade, deve ser defendido. *Silvia Ribeiro, "Los criollos y el maíz: más leyes para privatizar las semillas, La Jornada, 16 de julho de 2011*

Entre quatro paredes, sem consultar a cidadania, senadores chilenos aprovaram vender todas as sementes chilenas para a empresa norte-americana Monsanto. Nem a televisão, nem as rádios, e nem mesmo a imprensa escrita informaram sobre essa decisão que deixou a muitos estupefatos, pois, na prática, significa uma forte perda de soberania.

Em palavras simples, com o "acordo" dos senadores a empresa norte-americana Monsanto, conhecida em todo o mundo por sua elaboração de sementes transgênicas, será a dona de todos nossos vegetais, hortaliças, frutas e verduras, dentro de pouco tempo. Isso porque a

empresa possuirá as patentes de todos os tipos de sementes que existam no país e, portanto, como dona da marca “tomate chileno” poderá cobrar direitos de todos aqueles que cultivem tomate, pois usarão suas sementes para fazê-lo. O assunto parece grave e é muito grave. Não se entende como um grupo de senadores que supostamente trabalham para o país entregue à venda algo tão sensível como as sementes: o início de toda a cadeia alimentar, de todo o ciclo, algo ancestral, que está na terra, e onde, ao menos culturalmente, reside grande parte da escassa identidade que temos os chilenos como povo.

Se pensarmos sobre isto em termos de soberania, claramente o assunto constitui uma mordida importante na bandeira, no escudo e em tudo o que se entende por “Pátria”. Quando o Chile aprovou seu Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, o poeta Armando Uribe disse taxativamente em uma entrevista: “nosso país desaparece como tal e passa a ser uma colônia norte-americana”. Foi acusado de alarmista, de louco, mas, juridicamente, Uribe – advogado de ampla trajetória, especialista em direito mineiro – tinha toda a razão.

Uma das cláusulas mais importantes do TLC é que o Chile não pode mudar as “regras do jogo”, entenda-se, o capitalismo desregulamentado ou neoliberalismo. Portanto, as autoridades políticas chilenas estão obrigadas a responder aos requerimentos das empresas norte-americanas que chegam para “investir” acompanhadas de seu embaixador e com o TLC debaixo do braço.

Não há forma de impedi-lo, e isso significa que um país já não é soberano, já não se autogoverna: é uma colônia dependente. Nesse caso das sementes, também, justamente, os defensores do projeto aludiram aos Tratados de Livre Comércio subscrito pelo Chile com os Estados Unidos, Japão e União Europeia, argumentando que estávamos obrigados a firmar o convênio citado. Para quem trabalham esses senadores? *“Adiós a las semillas”*, Cavila, 13 de maio de 2011

O Chile aderiu ao Convênio UPOV 78 no ano de 1996. Com ele, entregou às empresas de sementes um conjunto de privilégios e limitou severamente o direito das e dos agricultores de reproduzir as sementes. Nestes quinze anos, a disponibilidade de variedades vegetais chilenas diminuiu e passamos a ser um país mais e mais dependente de variedades e empresas estrangeiras. Assim, com a aprovação do Senado à adesão do Chile ao Convênio UPOV 91, abrem-se as portas para que o Chile entregue ainda mais privilégios às grandes empresas de sementes e deixe fora da lei os sistemas camponeses e os dos povos originários de guardar, reproduzir, compartilhar e melhorar suas sementes. O que veremos nos próximos meses é uma série de iniciativas legais para permitir a privatização de todo o tipo de sementes, incluídas as sementes camponesas e de plantas silvestres. Pelo futuro da agricultura e da alimentação no Chile e pelo bem estar das comunidades indígenas e camponesas no país, as organizações signatárias conclamamos a promover um processo de oposição social amplo que impeça que tais leis tornem-se realidade.

A adesão ao UPOV 91 está diretamente relacionada com os tratados de livre comércio e é só um exemplo de como a assinatura dos tratados comerciais procura impor determinadas agendas legislativas contra princípios básicos de funcionamento democrático e exercício da soberania nacional.

[...] A privatização das sementes e da capacidade reprodutiva das plantas é um dos pilares do neoliberalismo na agricultura. Não por acaso, o UPOV é um tipo de legislação promovido pela Organização do Comércio e que a International Seed Federation [Federação Internacional da Semente] – a maior organização das empresas de sementes em nível global – define como a “legislação base”. Dizer que o UPOV não tem a ver com o neoliberalismo porque o UPOV foi fundado em 1961 “quando não havia nada disso” é equivalente a dizer que o Banco Mundial nada tem a ver com o neoliberalismo porque foi fundado em 1945.

[...] A adesão ao UPOV 91 e o projeto de lei de obtenções vegetais estão intimamente relacionados com a introdução de cultivos transgênicos no país. O UPOV 91 e o projeto de lei de obtenções vegetais (sementes) que hoje se encontra no parlamento são parte das medidas que as empresas de sementes necessitam para assegurar seus lucros e que o país seja aberto aos cultivos transgênicos. As transnacionais das sementes transgênicas não querem que aconteça no Chile o que ocorreu na Argentina, onde, apesar de se cultivarem milhões de

hectares de soja e milho transgênicos, os lucros das transnacionais não foram os que elas queriam justamente porque a Argentina não aderiu ao UPOV 91 e, portanto, não podem obrigar aos agricultores a pagar direitos pela reprodução das sementes transgênicas. Com o UPOV 91, as empresas de sementes podem proibir a reprodução de variedades que elas reclamam como próprias e confiscar a produção e, inclusive, as exportações daqueles que não paguem os royalties que elas exigem.

As e os camponeses não desejamos privatizar nossas sementes e não aceitamos que se privatize semente alguma. As sementes são um produto coletivo, social, cultural, histórico e em permanente evolução. O trabalho de melhoramento que as empresas de semente fizeram é insignificante em comparação ao que fizemos os povos originários e camponeses do mundo inteiro desde há mais de dez mil anos. Foi nosso trabalho de melhoramento que tornou possível a agricultura e que produziu a imensa diversidade que hoje sustenta nossa alimentação. Sem nossas sementes, nem a Monsanto e nem Von Baer, nem a INIA e nem qualquer outra empresa teria sido capaz de produzir semente alguma, assim como, tampouco, poderiam produzir no futuro. As empresas e os centros de pesquisa tiveram livre acesso e fizeram livre uso de nossas sementes, aproveitando nossa boa fé para tomar as sementes de nossos campos e encerrá-las nos bancos e laboratórios; não entendemos que tipo de justificativa pode levar a pensar que agora devemos lhes pagar por algo que fazem com base em nosso trabalho de séculos. Hoje nós exigimos manter um direito histórico e presente em todas as culturas do mundo, de continuar reproduzindo e cuidando as sementes sem condicionamento algum. E nossa posição não depende de, se quem pretende privatizar é uma empresa nacional ou transnacional, um instituto de pesquisa ou alguém de origem camponesa. *Fragmentos do pronunciamento da Anamuri-Ranquil-Assembleia Mapuche de Esquerda-CLOC-Via Campesina-Chile, 3 de junho de 2011*

Encontrados cultivos transgênicos em Laterza Cué, Paraguai. A fiscalização do meio ambiente do departamento de Caaguazú, a cargo de Alejandro Rodríguez, confirmou o cultivo de milho transgênico no assentamento Laterza Cué, deste distrito. As sementes OGM – tolerantes a um herbicida a base de glifosato – foram plantadas em uns 2 mil hectares, apesar de estarem proibidas por leis nacionais.

O fiscal Rodríguez disse que funcionários da fiscalização do meio ambiente e técnicos especializados do Serviço Nacional de Sanidade Vegetal (Senave) percorreram a zona e constataram o cultivo ilegal do grão. Disse que os principais produtores seriam de nacionalidade brasileira que arrendam as terras de camponeses paraguaios.

“Através de análise de laboratório realizada se pode constatar que o milho cultivado na zona é transgênico e está proibido em nosso país”.

Ressaltou que foi constatado o não cumprimento de nenhuma das normas. As casas estão a escassos 5 metros das plantações, seus poços não têm bocal de proteção e manipulam no mesmo local as embalagens de herbicidas e outras substâncias que poderiam causar danos ao ecossistema e à saúde das pessoas.

Acrescentou que se pode observar que os arroios estão contaminados e que no lugar não foram encontrados peixes, nem outro tipo de animais ou insetos. Os pesquisadores recolheram embalagens de herbicidas da beira do riacho onde aparentemente limpavam os recipientes, segundo disse Rodríguez.

“Em Laterza Cué os controles são escassos, é praticamente uma zona liberada, o que favorece a realização de qualquer coisa à margem da lei”, acrescentou. *Mariscal López (Ramona Marecos, redação regional) abc digital, 20 de julho de 2011*

A verdadeira riqueza e a verdadeira pobreza no âmbito camponês andino equatoriano

Edwin Chancusig e Fernanda Vallejo
(Fundação Heifer-Ecuador)

A agricultura moderna, apesar de suas pretensões e arrogância, não é senão um processo de ensaio e erro-acerto, como tantas outras formas que existem e existiram em nossa longa história humana. Tem, no entanto, dois defeitos gravíssimos: o primeiro é desconhecer o enorme acumulado de experiências testadas durante milhares de anos; o segundo é que não produz saberes, nem sequer conhecimentos, mas somente mercadorias que comercializa antes de avaliar os terríveis danos que seus produtos podem provocar.

Na região andina do Equador, os indígenas das comunidades optaram por afirmar seus saberes e recuperar os que estavam perdendo por força de tanta colonização espiritual. Neste processo, reúnem-se com frequência para compartilhar reflexões sobre o que vão conseguindo, como o estão fazendo, a que avós perguntaram para entender melhor o que se deve fazer e em que momento é o apropriado. Mas, além disso, propuseram-se a medir as mudanças que conseguem. Deste processo tão rico, de muitos comuneiros e comuneiras, queremos compartilhar o que Segundo Álvarez, da Comunidade Sablog Chico em Guamote-Chimborazo, Bernardo Guzñay da comuna Achullay San Agustín, e Piedad Guamán da comuna San Martín Alto, contaram e mediram em sua terra, desde que optaram por viver com dignidade e não abandonar sua chacara. São fragmentos de encontros com as três comunidades e de reflexões com membros da organização de segundo grau Jatun Ayly de Guamote (FOIJAG) que aglutina 16 comunidades, a partir do trabalho que a Heifer-Ecuador tem nessas regiões.

A responsabilidade dos que figuramos como autores, na realidade, foi a de sistematizar e dar forma final ao texto que apresentamos.

“Kevincito”: A chacara da família Álvarez. Sabloc Chico pertence ao Cantão Guamote, província de Chimborazo, nos Andes do Equador. Está localizada entre 3.300 e 3.500 metros acima do nível do mar. A temporada de chuvas inicia em setembro, intensifica-se em janeiro, fevereiro e dezembro, e diminui em maio e junho. Em julho começam os meses secos que se prolongam até agosto. Aqui vivem 120 famílias, e em sua maioria dedicam-se à agricultura e criação de animais, além do comércio e trabalho temporários em cidades.

Na chacara encontram-se cultivos de tubérculos como batatas, *melloco*, *oca* e *mashua*, cenoura branca, favas, quinua, milho, feijão, hortaliças, frutas, pastagens e forragens, plantados em terraços para evitar a erosão. Além disso, a família cria uma vaca, dois porcos, cinco carneiros, *cuyes* [roedor dos Andes] e galinhas.

Até há alguns anos, Segundo havia renunciado a toda a tradição agrícola com que contava. Deixou de acreditar que a chacara é como a família, que os cultivos se casam para estarem bem, para não estarem sozinhos; também esqueceu que a *“ashpa mamita”* sente frio, que não se pode deixá-la descoberta e com fome. Assim, entre esquecimento e esquecimento, esqueceu-se de que o fruto de seu trabalho era primeiro para sua família, sua comunidade e sua terra.

Pouco a pouco se dedicou a plantar somente batatas, comprando a semente, a fertilidade e os “remédios” na loja de insumos. Isso permitiu a ele sair e trabalhar para outros, e com o que vendia e trabalhava fora, comprava a comida que já não produzia; cada vez passava mais tempo longe de sua família e de sua comuna. Segundo confessa que sofria muito, para conseguir dinheiro suficiente cuidava-se muito mal e sentia falta de seus filhos, sua esposa e sua comuna.

Durante uma assembleia comunal onde se falava de cuidados com a chacara, da força dos saberes próprios, do importante que era mantê-los para recuperar uma vida digna, descobriu que, felizmente, não havia perdido tudo. Que sua esposa continuava, ainda que fosse pouco, cuidando da chacara. Desde então, interessou-se, participou, aprendeu e experimentou. Agora compartilha seus êxitos com outras famílias.

Há 5 anos a chácara da família Álvarez tinha solo desprotegido e em franca erosão, havia apenas uma dezena de plantas, não tinha frutíferas nem ervas medicinais, quase tudo era ocupado com o cultivo de batata, ao qual se devia aplicar cada vez mais agroquímicos; as minhocas haviam desaparecido e não produzia matéria orgânica. Aos poucos foi enchendo sua chácara de árvores e arbustos nativos, o solo já não tem erosão e mantém umidade; as minhocas retornaram.

Como algumas pessoas acreditam que esse esforço é bonito, mas não muito realista “porque não dá para viver”, Segundo e sua esposa fizeram algumas contas:

1. Seus animais lhes proporcionam 28 quintais de esterco por mês, cada quintal custa dois dólares, donde se economizam 56 dólares por mês.

2. Já não produzem só batata comercial, têm 30 espécies diferentes de cultivos e, ainda, recuperaram 28 variedades de batatas. Antes colhiam 10 quintais de batata para cada quintal de semente; agora, colhem entre 20 e 25.

3. As 700 plantas que agora têm em cercas e divisas produzem:

* 21 quintais de matéria orgânica por ano, ou seja, 42 dólares a mais de economia em adubos.

* 87,5 cargas de lenha, que lhes abastece por três meses e se vendem a 3 dólares cada uma, donde se economizam 263 dólares em lenha.

* Com a poda obtêm 10 mil estacas/ano, que se vendem a 50 centavos cada uma. Geralmente vendem a metade, donde obtêm 2.500 dólares por ano.

Contaram também o que lhes produz a venda de seus *cuyes*, suas frutas, sua quinua e suas plantas medicinais. Com isso custeiam os estudos de seus filhos e sua roupa.

Para esta família tudo isso é muito bom, mas há coisas melhores: estão juntos, estão saudáveis e bem alimentados, já não se expõem a produtos tóxicos; as geadas e as secas já não os devastam como antes, sua chácara é mais abrigada; as aves regressaram: 2 cores de beija-flores, pardais, pintassilgos, pombas, melros, que além de lhes alegrar a vida ajudam com as pragas. Recuperaram as sementes nativas, saberes, cultura, tradições, costumes, festas, rituais, sinais, comidas e receitas. Agora recebem visitas de comunidades vizinhas e de outras províncias, aqui se compartilham os saberes e conhecimentos.

Retornando ao caminho das sementes. A semente é o coração da vida na comunidade de Sablog Chico, por isso, quando ocorre a colheita e, posteriormente, a seleção, a semente é escolhida com muito cuidado e paciência. Escolhem-se os melhores exemplares para a safra seguinte (que sejam bonitas, sem larvas, sem ferimentos, de várias cores ou variedades e de tamanho médio).

De geração em geração a semente caminhou entre os comuneiros desse lugar. É herança dos avós, aqueles que encomendaram o cuidado e criação a seus filhos e netos. Assim, se mantém a semente ano após ano na família, e quando por alguma razão (secas, geadas, danos) se perdem, então se recorre aos vizinhos e comunidades das imediações como Sablog San Francisco e Sablog San José para intercambiar as sementes de vários cultivos.

Para dispor de sementes, no caso de querer incrementar a diversidade na chácara (especialmente nos plantios grandes), os comuneiros de Sablog Chico recorrem à feira semanal de Cajabamba aos domingos e à feira de Guamote nas quintas-feiras. Não faz muito tempo recorriam à paróquia Licto para trocar batatas por milho, e à feira de Tzalarón onde predomina a troca. A família de Segundo Álvarez pode intercambiar, compartilhar e receber sementes de cultivos nativos, com mais de dez famílias em comunidades de várias províncias da região interandina.

Formas de armazenamento das sementes. As sementes não são só recursos, são saberes e sabedorias, que foram colocados em movimento ao seu redor. Em Sablog Chico e outras comunidades, recuperar o caminho das sementes significou, também, recuperar os modos de escolhê-las, guardá-las e garantir o alimento. Agora é um saber novamente vivo.

A batata destinada para semente deve amadurecer na terra e sua casca não deve desgrudar. Para conservar boa a semente e fazê-la brotar, é exposta ao sol durante um dia, depois se faz um leito com palha *de páramo* ou “*piguil*” e se coloca sobre ele as batatas, cobre-se com cinza e novamente se coloca outra camada de palha. Somente dessa forma brotará em

8 ou 15 dias. Senão, apodrece, e não brota. Para esse procedimento escolhe-se um canto da casa onde haja muito pouco vento. O mesmo tratamento pode ser aplicado a outros tubérculos como *oca*, *mashua* ou *melloco*. Por outro lado, os grãos de milho, feijão, ervilha, devem ser secados ao sol e armazenados em sacos, para posteriormente serem colocados num lugar seco e seguro.

Compartilhar a semente, compartilhar a esperança. Assim como Segundo Álvarez, Bernardo Guzñay é um comuneiro que sempre está disposto a compartilhar seus saberes e é o que lhe deu força e argumentos em sua comunidade para promover uma forma de vida autônoma e soberana em Achullay San Agustín, Chimborazo.

Bernardo Guzñay recebeu de sua organização meio saco de sementes nativas de diferentes espécies e variedades locais, que foram estabelecidas em sua chácara e logo colocadas a circular na sua comunidade e outras comunidades. O compromisso inicial foi devolver o triplo do recebido e compartilhá-lo com outras famílias. A família Gusñay entregou o dobro (meio saco que recebeu e meio saco do comprometido), com a firme decisão de continuar compartilhando as sementes, mas também com a esperança de que uma mudança de vida é possível.

Recuperando a localidade da economia.

Piedad Guamán, por seu lado, além de haver mantido sua forma ancestral de criação da diversidade, decidiu participar da feira local de produtos, que a coloca em contato direto com consumidores de setores populares urbanos. Para levar à feira das quintas-feiras em Cantón Guamote, tosta e moe favas, milho, quinua, cevada e trigo no dia anterior, com a ajuda de sua filha maior e algumas vezes de seu esposo (Pedro Yupanqui). Piedad gosta de vender, e a cada semana vai conseguindo mais clientes, não precisa ficar gritando. Agora já tem clientes porque conhecem a qualidade e o sabor das farinhas e grãos. Comenta que obtém uns 242 dólares por semana, muitíssimo mais do que um salário mínimo vital.

Estas histórias são parte da comprovação de resultados e efeitos na vida das famílias, que compartilharam nas assembleias e com isso se foi gerando uma valorização e uma consciência, um sentido de segurança e autoestima, e cria uma necessidade de réplica e ampliação a novas famílias com vistas a conseguir o desenvolvimento de uma economia solidária sustentável na comunidade.

Agroquímicos na produção: onde está a verdadeira pobreza. Guamote apresenta os indicadores de pobreza mais dramáticos da Serra equatoriana. Durante décadas, tanto o Estado como as agências de cooperação realizaram uma cruzada de inserção dos indígenas no mercado e de incremento da produtividade para *melhorar suas condições de vida*. Os resultados foram menos do que modestos em relação aos indicadores, mas de dar calafrios em relação ao que implantaram no território. Refletindo sobre isso na organização, alguns comuneiros se puseram a fazer contas. Não são exatas, mas puderam dimensionar quanta riqueza saía de seus empobrecidos bolsos:

Em Guamote as famílias dispõem de uma média de 2,5 hectares de terra. Para a produção de batatas dedicam um hectare e utilizam, na medida de seus orçamentos, as recomendações do Instituto Nacional de Pesquisas Agropecuárias, que supõe um custo médio de 636 dólares.

Cantón tem 150 comunidades. Considerando que cada comunidade tem uma média de 50 famílias estima-se que existem umas 7.500 famílias e, como cada família dedica um hectare para a produção de batatas, são 7.500 hectares exclusivos para essa produção. Segundo suas contas, em Guamote são gastos, anualmente, 4.770.300 dólares!

Companheiros da organização comentaram que o orçamento de investimento do governo local é de 300 mil dólares, de forma que o que se gasta em agroquímicos serviria para um orçamento de 15 anos.

Histórias que constroem resistência e subvertem a ordem. Dessa e de muitas outras formas as comunidades persistem e continuam na contramão de políticas de Estado, decisões alheias de desenvolvimento, extorsões e despojos permanentes. Assentam-se no cotidiano, tecem e retecem identidades, falam de como, para que e para quem se faz a agricultura, e com isso desenham modos de vida distintos.

No cotidiano alteram a ordem única de **uma** “agricultura” e de **um** modo de desenvolvimento. Insubordinam-se diante do isolamento, dos conhecimentos monopolizados, da individualização, da produção de mercadorias no lugar de alimento, da dependência energética, da dependência tecnológica; diante do trabalho e consumo alienados.

Ocorre a progressiva restituição das decisões que garantem a vida. O quê produzir, como produzir e para quem produzir. Organizam a agenda de luta e a reivindicação de camponeses e indígenas, e restituem a si mesmos um protagonismo histórico na transformação da realidade. Para isso não precisam mais do que olhar o que ocorre com suas famílias, as fazedoras da mudança.

Direitos da Natureza e geoengenharia

O sol debaixo das patas dos cavalos

Elizabeth Bravo

Jorge Enrique Adoum escreveu, em 1970, *O sol debaixo das patas dos cavalos*, onde trata sobre a conquista espanhola dos Andes. O livro faz referência ao fim de uma civilização solar: a uma sociedade agrícola derrotada pelo poderio europeu com uma tecnologia de guerra que os povos andinos não conheciam: as armas de fogo.

Agora o sol está a ponto de voltar a cair debaixo dos cascos de novas tecnologias, desconhecidas para a maioria da humanidade: a geoengenharia.

A maioria da vida na terra depende da capacidade que as plantas, as algas e as cianobactérias têm de usar a energia do sol para transformar o CO₂ atmosférico em alimentos (hidratos de carbono) e oxigênio, através do processo da fotossíntese. Esses são os únicos organismos capazes de elaborar seu próprio alimento; todos os outros seres vivos dependem dos alimentos elaborados pelos organismos fotossintetizadores. A respiração de todos os seres vivos, junto com a decomposição orgânica (feita por bactérias e fungos), permite que o carbono biológico retorne à atmosfera, ainda que uma parte fique fixada nos tecidos dos seres vivos e no solo.

Estima-se que na ausência da interferência humana, a cada 20 anos há uma renovação total do carbono atmosférico. O carbono é armazenado em três grandes depósitos: terrestre (20 mil Gt), atmosfera (750 Gt) e oceanos (40 mil Gt). Apesar de o reservatório atmosférico ser o menor dos três, é ele que determina o clima terrestre. Mas, devido às atividades da civilização petroleira, existe demasiado CO₂ (fóssil) na atmosfera, o que levou ao aquecimento global. Para esfriar o globo planetário, a geoengenharia propõe reduzir a quantidade de luz solar que chega ao Planeta.

Alterar o ciclo de carbono. Os oceanos representam o maior depósito de carbono e, através de processos químicos, há uma transferência de CO₂ para a atmosfera, estabelecendo-se um delicado equilíbrio entre as camadas superficiais do oceano e o ar superficial. A quantidade de CO₂ que o oceano absorve depende da temperatura (sendo uma absorção maior quando a temperatura é mais baixa) e da concentração.

O fitoplâncton absorve grandes quantidades de CO₂, e este é consumido pelo zooplâncton em poucos dias. Uma percentagem do carbono é acumulada no fundo do mar, quando as conchas do zooplâncton, compostas de carbonato de cálcio, depositam-se no fundo após sua morte. Outra percentagem, gerada nos processos biológicos dos organismos marinhos, sobe para a atmosfera.

Agora querem alterar esse equilíbrio limitando a entrada de energia solar na Terra para esfriá-la, mas isto, ao mesmo tempo, limitaria o processo de fotossíntese. Há pelo menos duas formas de fazer isso:

Uma das propostas em experimentação é o chamado “branqueamento das nuvens” (ou modificação da reflexividade das nuvens) que têm como objetivo incrementar o albedo, ou seja, a reflexividade da superfície terrestre; a energia refletida pela Terra para o universo. Quanto maior é o albedo, maior é o retorno de energia da Terra para o universo e menor a quantidade de energia radiante solar disponível para a consecução da vida no Planeta.

Essa é uma proposta absurda, pois enquanto por um lado o Planeta se esfria devido à menor incidência de energia solar, por outro lado se aquece porque haveria menor possibilidade de as plantas e as algas fazerem fotossíntese e capturarem o CO₂ atmosférico, mas é perigoso, principalmente porque afeta o albedo.

O multimilionário Bill Gates é um dos que apoiam essa iniciativa através de um financiamento a um grupo de pesquisa em São Francisco chamado Silver Lining. O princípio através do qual este projeto funciona é que as nuvens formam-se de partículas (aerossóis) suficientemente pequenas para se manterem em suspensão no ar, chamadas “núcleos de condensação de nuvens”. O Silver Lining está desenvolvendo máquinas que convertem a água do mar em partículas microscópicas capazes de serem lançadas a mil metros de altura. Isso aumentaria os núcleos de condensação de nuvens, a formação de nuvens e, portanto, o albedo.

Um primeiro “ensaio” pretenderia colocar no mar dez barcos que afetarão 10 mil quilômetros quadrados de oceano. A máquina pode extrair dez toneladas de água marinha por segundo. De acordo com a informação proporcionada pelo Grupo ETC, um dos lugares onde se fariam as primeiras provas seria no Pacífico, em frente do Equador (o país dos direitos da natureza), Peru e Chile.

Outra proposta, na mesma linha, consiste em bombardear a estratosfera com milhões de aerossóis de sulfato para incrementar a formação de nuvens. A introdução de grandes quantidades de sulfato no ar pretende replicar de maneira artificial as erupções vulcânicas: gerar grande quantidade de substâncias poluentes que tornem o céu opaco, propiciem a criação de nuvens, e esfriem uma área, pelo menos regionalmente. A intenção é criar esse ambiente vulcânico em nível mais generalizado, para que tenha um impacto no clima planetário.

Nos oceanos, o dimetil sulfeto é a fonte mais importante de formação de núcleos que formam nuvens. Essa molécula é produzida pelo fitoplâncton oceânico, mas pode ser muito poluente em condições de desequilíbrio ecológico. Por exemplo, é responsável pelas chuvas ácidas em zonas altamente industrializadas nas quais são gerados poluentes com base no sulfeto. A presença de grandes quantidades de sulfeto, acima da capacidade biológica de reciclá-lo, afetará a vida nos oceanos. E se constituiria numa flagrante violação aos direitos da Natureza, pois a vida sobre a Terra depende do fluxo de energia procedente do Sol. Ainda que só uma pequena fração da energia solar que alcança a Terra se transforme na energia que impulsiona todos os processos vitais, ela é a quantidade suficiente para que a vida continue no Planeta.

James Fleming descreve essa tecnologia como uma declaração de guerra à estratosfera. Será necessário um bombardeio constante de partículas para poder regular o clima em longo prazo e em nível planetário.

Os cientistas que estão brincando com o clima não conseguem prever os impactos que essas mudanças podem gerar nos processos biológicos, na estrutura dos ecossistemas e em suas funções (que também estão “protegidos” pela Constituição do Equador).

Qual é a motivação que está por trás desses perigosos experimentos?

Em sua obra sobre a conquista espanhola, Adoum faz um de seus personagens perguntar a um soldado:

Por que você está nesta guerra a milhares de quilômetros de seu país?

E o soldado lhe responde:

Porque me pagam melhor do que em qualquer outro lugar.

Hoje há bilhões de dólares por trás do negócio da mudança climática.

Geoengenharia e direitos da Natureza. Essas novas tecnologias surgem com força quase em paralelo com um dos principais aportes que o Equador faz à história da humanidade: o reconhecimento dos direitos da Natureza.

Que relação há entre esses dois eventos já que a geoengenharia viola os direitos da Natureza, tal como estão estipulados na Constituição equatoriana? Vejamos o que diz o artigo 72.

A natureza, ou Pachamama, onde se reproduz e realiza a vida, tem direitos a que se respeite integralmente sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais.

Nos casos que vimos, essas tecnologias estariam atentando contra o ciclo do carbono.

E, uma vez que os experimentos que estão fazendo ultrapassam os limites nacionais, os direitos da Natureza deveriam ser universais.

Fontes

Constituição do Equador, 2008

<http://www.handsoffmotherearth.org/2010/05/bill-gates-funds-field-trialglobal-coalition-urges-immediate-haltto-geoengineering/>

James Fleming. "The Climate Engineers", *The Wilson Quarterly*, primavera, 2007.

□ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □ □

Ataques, políticas, resistência, relatos

O relator especial da ONU para a Alimentação propõe moratória contra os transgênicos no México

Biodiversidad, México DF, junho. Em meados de junho, um conjunto de comunidades indígenas e de organizações camponesas e da sociedade civil reuniu-se nos escritórios da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, no México, com o Relator Especial para a Alimentação, Olivier de Schutter, e sua equipe.

Os grupos presentes reiteraram ao relator as muitas causas relacionadas à crise alimentar que se vive no México, e deram testemunhos concretos desta crise.

Na reunião estiveram presentes a Rede em Defesa do Milho, a Assembléia de Afetados Ambientais, o Centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano (Ceccam), o Centro de Análise Social, Informação e Formação Popular (Casifop), o Centro Nacional de Missões Indígenas (Cenami), o Coletivo Salto de Vida, a Coordenação de Povos Unidos em Defesa da Água, o Coletivo Flor e Canto, a União Popular Revolucionária Emiliano Zapata e algumas autoridades do município autônomo de San Juan Copala (famoso por seus esforços para sobreviver ao cerco de grupos paramilitares que isolaram a comunidade há mais de um ano e meio e que assassinaram habitantes e pessoas que quiseram furar o cerco através de caravanas). Também esteve presente uma representação da Coordenação Regional de Autoridades Comunitárias (CRAC), do estado de Guerrero, que estão sofrendo ameaça de projetos de mineração a céu aberto, o Comitê de Direitos Humanos dos Huastecas e Serra Oriental, a Organização de Agricultores Biológicos de Oaxaca, o Grupo ETC e o GRAIN. Cada uma dessas instâncias fez intervenções de sete minutos, de uma forma sistemática e ordenada, que resultou num diagnóstico muito consistente das múltiplas condições que dificultam e obstaculizam ter segurança alimentar, o "direito à alimentação", para não falar de algo mais complexo como a soberania alimentar.

A principal causa assinalada por todos foi o próprio Estado, em conluio com as corporações, os megaprojetos que invadem e grilam legalmente suas terras de cultivo e seus territórios, que privatizam a água e constroem represas e hidrelétricas, que perfuram poços de petróleo, que fazem mineração a céu aberto, que contaminam os rios com suas indústrias e seus monocultivos tratados com agrotóxicos. Tudo isso afeta profundamente a produção de alimentos, especialmente se esta for independente.

De uma forma muito forte, enfatizou-se que sendo o México o berço do milho, seu centro de origem, era e é crucial proibir todos os transgênicos, não só pelos mexicanos, mas para o bem de toda a humanidade.

De Schutter foi se surpreendendo conforme as peças do quebra-cabeças se encaixavam em seu lugar, e começou a fazer determinadas perguntas. Uma delas, a respeito do direito à consulta, algo que lhe haviam dito que estava recentemente aprovado como lei no país, e que

Ihe haviam dito beneficiaria em muito aos povos indígenas do México. Outra pergunta que fez de Schutter foi se o governo estava cumprindo com as recomendações da OIT. Alguém do público lhe respondeu que a famosa lei de consulta era uma mera fachada, tanto que nem sequer foi consultada nem sobre os termos e nem em relação à metodologia de operação definidos pela dita lei e que, apesar das recomendações da OIT, no México os povos índios nem sequer estavam reconhecidos na Constituição, porque só os reconheciam como sendo “sujeitos de interesse público” (quer dizer, se lhes concedia a possibilidade de receber assistência). Não eram reconhecidos como “sujeitos de direito público”.

O Relator falou um pouco das enormes possibilidades da agroecologia no cenário da mudança climática, elogiou com veemência o sistema de guarda e intercâmbio de sementes nativas, a diversidade e, inclusive, a produtividade que a agricultura tradicional pode conseguir sem agrotóxicos nem fertilizantes químicos.

O Relator chegou a se perguntar se seria necessário reforçar esse modo ancestral ao invés dos caminhos da biotecnologia.

Dias depois, em uma coletiva de imprensa e em seu relatório final, recomendou ao México “decretar uma moratória no uso de transgênicos e promover o uso de sementes de variedades de milho desenvolvidas no país”.

Isto contrasta com sua visita anterior (há um ano e meio), na qual disse que poderia ser possível uma coexistência entre os sistemas de sementes e alimentação ancestrais e os modernos avanços da biotecnologia, uma vez que cobriam diferentes âmbitos de produção e serviço.

É verdade que em seu relatório final dessa visita, elogiou o “direito à alimentação”, os programas como Oportunidades – um programa de apoios em dinheiro, com condicionantes que colaboram com a educação dos filhos, visitas ginecológicas e planejamento familiar entre outros -, mas insistiu, surpreendentemente, em que 40% do Progresá, um programa de apoios ao campo, era destinado aos 10% dos agricultores mais ricos da população.

Um balanço da RALLT em 21 de junho de 2011

O dia 21 de junho foi declarado como o dia por uma América Latina livre de transgênicos, para recordar o início do Inti Raymi andino, que é quando se inicia a temporada de plantio.

Celebramos esse dia com uma mescla de sentimentos. Por um lado temos a declaração de uma moratória por 10 anos à liberação de transgênicos no Peru, que foi uma vitória das organizações sociais peruanas.

Por outro lado está a possível aprovação de uma lei na Bolívia que legalizaria os cultivos transgênicos, país no qual os direitos da natureza foi lançado em nível internacional. A lei da Bolívia estaria, ainda, limitando o livre fluxo de sementes, pois só poderão circular as sementes certificadas, e, através de medidas sanitárias, limitar-se-ia também a criação tradicional de animais. Essa lei pode ter sérios impactos na biodiversidade boliviana, uma das mais ricas do mundo.

Este ano recordamos também com preocupação a liberação de mosquitos transgênicos para o controle da dengue feita no Brasil, e a aprovação de novas variedades de sementes transgênicas, nesse país, que incluem variedades resistentes a herbicidas mais fortes como o Dicamba, o que significará maior uso de herbicidas e maiores impactos na saúde e no ambiente (até o momento há mais de 20 diferentes tipos de transgênicos aprovados no Brasil). Temos, ainda, a adoção de um novo tipo de soja transgênica na Argentina, através da qual se consolida o poder da Monsanto nesse país; a aprovação da soja transgênica na Colômbia e a adesão do Chile ao Tratado UPOV 91.

Temos diante de nós um longo caminho, mas isso não nos fará desistir. A consciência sobre os perigos que os transgênicos acarretam continua aumentando, por isso na Argentina as populações se organizaram em torno da problemática das pulverizações associadas aos cultivos de soja com resistência ao glifosato, os médicos formaram as suas redes próprias para enfrentar essa problemática, os consumidores da região estão tendo mais consciência sobre o perigo dos alimentos geneticamente modificados. Não nos resta senão continuar trabalhando

para que algum dia voltemos a ter uma América Latina Livre de Transgênicos. O exemplo do que ocorreu no Peru deve ser nossa inspiração.

Coodernação da Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos

Costa Rica

Talamanca Livre de Transgênicos

Henry Picado Cerdas, Talamanca, Costa Rica. Em 10 de junho, o Programa Quiosques Ambientais da Vice-reitoria de Ação Social da Universidade da Costa Rica propiciou um intercâmbio de informação sobre transgênicos nas comunidades de Talamanca, cujo Conselho Municipal declarou, em 2008, uma moratória como “Cantão Ecológico e Livre de Transgênicos”, que se soma a sete declarações no país.

Contou-se com a participação de docentes de escolas do circuito de Sixaola que trabalham Educação Ambiental junto com a Escola de Saúde Ambiental da Universidade da Costa Rica. Participaram camponesas e camponeses do vale do rio Sixaola com experiência em agricultura ecológica. Um dos projetos é a Chácara Loroco localizada em Volio, a 2 quilômetros do centro da comunidade de Bribri Talamanca. Esse projeto familiar contribui para a construção de soberania alimentar, já que é um modelo de chácara integrada com mais de 30 cultivos diferentes em apenas 2 hectares. Demonstra, dessa maneira, que a agricultura camponesa é uma resposta efetiva à crise alimentar atual.

A chácara dispõe de um banco de sementes crioulas para a produção local, que abastece muitos produtores e produtoras da zona. Esse banco nasce da preocupação com a falta de sementes de qualidade na região atlântica, onde os monocultivos de bananas são a principal atividade econômica. A Chácara Loroco é, então, um oásis de agrobiodiversidade diante da homogeneidade gerada pelos monocultivos, causadores de múltiplos impactos negativos na economia da maioria dos que têm parcelas de terra na zona e de sérias contaminações com agroquímicos.

Para Gonzalo Moreno, diretor do projeto da Chácara Loroco, os transgênicos representam uma grave ameaça para a produção de alimentos saudáveis. Além disso, a liberação de plantas geneticamente modificadas coloca em risco a semente camponesa. “A semente deve ser livre para o intercâmbio e para a produção agrícola. As sementes transgênicas lesam o direito de camponeses e camponesas ao livre intercâmbio. A agricultura orgânica camponesa é incompatível com os OGM, pois a semente camponesa corre o risco de ser contaminada com genes modificados que não só colocam em risco a saúde humana, mas também estão sujeitos a mecanismos de propriedade intelectual nocivos para a agricultura orgânica”, disse o camponês.

Colômbia

Triunfo da cadeia láctea popular na sanidade alimentar

Libardo Gómez Sánchez, Diário do Huila, Neiva, 6 de junho de 2011. Rubén e Mónica, da mesma forma que milhares de *jarreadores* [que vendem leite com uma jarra], estão felizes e têm motivos de sobra para estar: o governo, através dos ministérios de Proteção e da Agricultura, editou o decreto 1880 que reconhece como lícita e necessária a venda de leite cru em cantinas e elimina a proibição expressa no decreto 616, de 2006.

As considerações apresentadas na nova norma são algumas das que a cadeia láctea popular vinha argumentando para reverter a medida absurda: que mais de 50% do consumo nacional é atendido pela venda informal, que seu mercado é constituído especialmente pelos mais pobres da Colômbia, que é um comércio que faz parte de um costume muito arraigado na população, que o leite é um alimento fundamental para a nutrição da população, especialmente a infantil, e é consumido diariamente. Todas essas verdades finalmente foram aceitas pelo

governo e, com elas, a disposição para regulamentar a comercialização de leite cru em estabelecimentos e de forma ambulante.

O decreto pressiona agora aos criadores de gado a registrarem suas propriedades no ICA e a garantir que os animais estão livres de brucelose e tuberculose, para o que devem vacinar seu rebanho, dar-lhes um manejo adequado e receber uma certificação.

A Cadeia Láctea Popular sempre esteve com a razão, desde o momento em que se pretendeu impedir sua atividade, mas somente com a organização e a resistência conseguiu juntar a força suficiente para persuadir o governo de parar com seu terrível propósito.

Sem dúvida, os perigos para a Cadeia Láctea Popular, que inclui pequenos e médios criadores de gado, transportadores e comerciantes, processadores e consumidores, ainda não terminaram. Continuam em andamento os Tratados de Livre Comércio com a União Europeia e Mercosul, que representam um risco letal para a atividade em nosso país, porque os excedentes lácteos dessas nações, com os múltiplos subsídios que recebem, acabarão tomando nosso mercado interno, cortando a fonte de renda que garante a atividade de nossos produtores. Alguns malinformados dirão que simplesmente substituiremos o queijo caseiro pelo queijo *gruyere*, mas a realidade não é tão simples. Ao se destruir o rebanho nacional não só desaparecerão numerosos postos de trabalho, mas nossa segurança alimentar em lácteos e cárnicos ficará a mercê dos comerciantes internacionais, especuladores de ofício. Um exemplo para fazer refletir está em Cuba que, na época de seus acordos com a URSS, em troca de açúcar recebia o fornecimento de carne proveniente das estepes russas, deixando de dar atenção à sua criação de gado, perdendo as espécies crioulas e debilitando os programas de pastagens e forragens; agora a carne de gado para consumo é muito escassa, salvo a que é importada a preços astronômicos.

O decreto preserva a comercialização de leite cru, mas não resolve as inumeráveis exigências aos processadores, que são tratados da mesma forma, se atendem o mercado da rua ou do bairro, ou atendem mercados especializados ou de exportação, de sorte que a tarefa da Cadeia Láctea Popular ainda não terminou. É necessário fortalecer a organização e a coesão para que se obtenham programas de modernização, com o apoio de recursos estatais, e para concluir a revisão das normas diferenciando as condições exigidas segundo o mercado que se vai atender, sempre com o propósito de defender a produção nacional e fazê-la evoluir positivamente.

Mineração: atualização aterrorizante

Para as empresas, 26% do território nacional.

Para os consórcios, 51 milhões de hectares.

Carlos Fernández-Veja, México SA, La Jornada, 30 de junho de 2011. A informação atualizada sobre o saque mineiro no México é aterrorizante: os hectares concedidos pelo governo federal para esta finalidade não somam 25 milhões (cifra correta no final dos seis anos do governo do presidente Fox), mas sim 51 milhões, pois durante o governo do presidente Calderón (26 milhões de hectares cedidos em quatro anos, até 2010) esse tipo de cortesias ao capital privado duplicou, de tal sorte que nas duas últimas administrações uns 26% do território nacional foram entregues a consórcios de mineração para seu exclusivo benefício.

Um dado revela a dimensão do paradisíaco negócio que o governo federal garante ao capital privado, e do descarado assalto para a República: somente em 2010, o governo de Calderón concedeu mais de 4 milhões de hectares para exploração mineira, pelas quais o erário receberia (na melhor das hipóteses e utilizando uma média tarifária) ao redor de 20 milhões de dólares. Por outro lado, nesse ano os consórcios beneficiários (nacionais e estrangeiros) colocaram em seus cofres pouco mais de 15 bilhões de notas verdes (50 % a mais que em 2009), uma diferença de 750 vezes a favor dos segundos. O bom é que a Constituição estabelece que se tratam de bens sob o domínio direto da nação.

A informação atualizada sobre o número de hectares entregues ao capital privado da mineração provém de uma detalhada análise (*O Mineral ou a Vida; a legislação mineira no México*, abril de 2011) realizada por Francisco López Bárcenas e Mayra Montserrat Eslava

Galicia, dois destacados acadêmicos da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade de Xochimilco, os quais o compartilham com México SA. Nessa análise está documentado, por exemplo, que durante o governo de Vicente Fox foram concedidos um pouco mais de 25 milhões de hectares (média anual: 4,2 milhões) para os fins citados; em quatro anos de governo Calderón foram outorgados quase 26 milhões de hectares (média anual: 6,4 milhões), de sorte que entre ambos entregaram ao redor de 25 mil concessões, pouco mais de 51 milhões de hectares, algo assim como 26% do território continental mexicano.

López Bárcenas e Eslava Galicia apontam que a mineração é uma indústria florescente no México. Sua incidência na economia nacional começou a ter importância na década dos noventa, depois da reforma do artigo 27 da Constituição (1992, governo Carlos Salinas de Gortari) e da assinatura do TLCAN, dois fatos importantes no futuro da indústria da mineração: o primeiro permitiu a mudança na orientação da legislação respectiva, enquanto o segundo marcou as pautas do que deveria ser aprovado, o que não se aplica somente à legislação de mineração, pois inclui o acesso à terra sob a qual encontram-se os minerais, o uso do solo, o uso da água para o processamento do mineral, a prevenção ou remediação da contaminação ambiental e o investimento estrangeiro neste setor.

Esta atividade é regulamentada por diversas leis, mas a central é a Lei de Mineração. Nela, o caráter da atividade mineira afasta-se dos fins estabelecidos na Constituição, como aproveitar os recursos naturais para conseguir o benefício social, fazer uma distribuição equitativa da riqueza pública, cuidar de sua conservação, conseguir o desenvolvimento equilibrado do país e o melhoramento das condições de vida dos mexicanos. Contrariamente a esses fins, a Lei de Mineração declara a atividade como de utilidade, com preferência sobre qualquer outra atividade e livre de contribuições estatais ou municipais. E como se fosse pouco, a partir de 2006 a concessão mineira é única, quer dizer, não é possível diferenciar entre a outorgada para levantamento e a autorizada para mineração.

Ainda mais, não só é possível explorar os minerais enumerados expressamente na lei, mas também outros que o executivo federal determine, atendendo ao seu uso industrial devido ao desenvolvimento de novas tecnologias, informam os acadêmicos. “Trata-se de uma disposição demasiado aberta que outorga poder ao presidente da República para que declare, através de decreto administrativo, quer dizer, sem passar pelo Congresso da União e, por isso, sem ter caráter de lei, como minerais ou substâncias que em veios, mantos, massas e jazidas constituem depósitos distintos dos componentes dos terrenos, ou qualquer substância que no futuro possa ser comercializável no mercado internacional ... Se essa situação chegasse a ocorrer teríamos um grupo de disposições legais e outro de disposições regulamentares que listaríamos as substâncias regulamentadas na lei de mineração, cujo objetivo não vai além de evitar a discussão, pelo Poder Legislativo, quanto a se ampliar ou não as substâncias sobre as quais o Estado pode outorgar concessões a particulares para aproveitamento delas. Em outras palavras, seria um regulamento o que regulamentaria uma disposição da Constituição”.

O paraíso não termina ali: a norma aplicável “prevê que se as substâncias que chegaram a ser catalogadas como minerais já estavam sendo exploradas por particulares, estes teriam o direito de preferência para obter a concessão de mineração correspondente, bastando que o solicitassem e reunissem os requisitos que a lei exige para outorgá-las. Outras pessoas que não estivessem explorando-as e tivessem interesse em fazê-lo estariam excluídas, situação que poderia dar lugar à concentração das concessões em umas poucas empresas.

Entre os minerais que têm uma forte importância na indústria, e que é provável que se comece a explorar nos próximos anos, encontram-se o berilo (empregado em diversas aplicações, como na fabricação de computadores, sensores, aviões, mísseis, satélites e até em ogivas nucleares); o índio (interruptores cerâmicos dos celulares e, junto com o tantálio – sob a forma de composto bário-zinco-óxido de tantálio – são componentes chave das estações das redes telefônicas de celulares); o índio, no composto índio-gálio-arsênico, também é usado na fabricação de visores de cristal líquido ou telas planas; o gálio em circuitos integrados, junto com cádmio, selênio, telúrio e índio na indústria das células fotovoltaicas); o germânio (fibra ótica, radares e eletrônicos); a platina (empregada em conversores catalíticos de automóveis, e na fabricação de circuitos integrados, eletrônicos, capacitores ou monitores de cristal líquido), e

o titânio (chave na construção dos arcos estruturais e sistemas de propulsão dos aviões e o dióxido de titânio de alta pureza, básico para o coração dielétrico dos telefones).

A Via Campesina mobilizou-se na França para denunciar a incompetência do G20

Tirem as mãos

Lucas Silva, Rádio Mundo Real. As políticas alimentares não podem ficar nas mãos do G20. Esta é a síntese da mensagem que a Via Campesina quis transmitir nos dias 22 e 23 de junho, nos protestos que protagonizou em Paris durante a reunião dos ministros de agricultura desse bloco. Os representantes ministeriais dos países mais poderosos do mundo chegaram à França para preparar a conferência que será efetuada em novembro em Cannes.

Ademais de suas diretrizes, as organizações camponesas questionam a legitimidade do âmbito do G20 e colocam um exemplo muito ilustrativo: nesse espaço, o único representante da África – um continente assolado pela fome e onde a grilagem legal de terras é um mal endêmico - é a África do Sul.

Além da exclusividade desse clube, segundo a Via Campesina, o G20 já soma um longo rosário de erros que deixam em evidência outro fator: sua incompetência. “Com sua intenção de construir uma nova ordem econômica mundial, o G20 tentou, desde sua criação em 1999, controlar a especulação e os paraísos fiscais [...], mas essas tentativas fracassaram porque os líderes de tais nações continuam promovendo as mesmas políticas neoliberais que criaram as crises alimentares e financeiras atuais”, afirmou a organização em um comunicado

A Via Campesina terminou a incursão parisiense com um protesto em frente à sede de uma empresa francesa que busca fundos de investimento para comprar terras na Ásia, África e América, e chegaram até esse lugar com o *slogan* “G20 Agricultura: Não brinquem com nossa comida!”

A Rádio Mundo Real comunicou-se, minutos depois desse protesto, com Javier Sánchez, portavoz dos manifestantes. O dirigente lamentou porque o G20 faz os cidadãos acreditarem “que estão preocupados com a volatilidade” dos preços e que nesse tempo queriam frear os paraísos fiscais, mas só o que “conseguiram foi destruir mais a soberania alimentar”.

“É necessário colocar no centro que as pessoas são mais importantes que os mercados”, resumiu o dirigente da Via Campesina, que aproveita esses espaços para reclamar aos governos políticas públicas de acesso à água e à terra, às sementes e maior disponibilidade de crédito para a agroecologia.

“São incompetentes”, foi o resumo de Sánchez. Uma das demandas dos camponeses é colocar fim à apropriação da terra, bem como uma urgente implementação dos compromissos assumidos pela Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) da FAO. Sánchez comentou que há milhões de hectares de terra na África que passaram para as mãos de governos ricos e de fundos de investimento, como, por exemplo, a fundação capitaneada pelos multimilionários Bill e Melinda Gates.

“Os governos têm que proibir a grilagem legal de terras que está expulsando milhões de camponeses”, reclamou Sánchez, antes de manifestar que o auge dos agrocombustíveis em países como a Argentina e o Brasil está substituindo “milhares de hectares que se destinavam à alimentação”. “É necessário se reverter esse modelo”, concluiu o dirigente camponês.

A grilagem legal de terras é uma das maiores preocupações das organizações da sociedade civil que, em Paris, recordaram as diretrizes de um documento redigido no Fórum Social Mundial ocorrido em Dakar, capital do Senegal, em fevereiro de 2011.

O denominado Chamamento de Dakar foi entregue ao governo francês, comandado por Nicolás Sarkozy e que hoje preside o G20, um espaço que sistematicamente e em coordenação com o Banco Mundial tem favorecido a grilagem legal de terras através do denominado Investimento Agrícola Responsável (IAR).

As organizações da sociedade civil consideram que, apesar de ser promovido como uma ferramenta com fins opostos, o IAR legitimou a apropriação de terra, em prejuízo dos pequenos produtores. “Deveria ser proibido aos investidores estrangeiros e nacionais que tomem o controle de grandes áreas. Os alimentos deveriam estar no prato de todos, não só nos dos mais ricos”, diz a Via Campesina, que definiu como “um passo atrás” a iniciativa do G20 de convocar uma “reunião anual das partes interessadas para a segurança alimentar”, supostamente para “envolver a sociedade civil”.

Para as organizações da sociedade civil e a Via Campesina, o reformulado Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) das Nações Unidas deveria ser respeitado como um “espaço central para negociar as políticas globais sobre a alimentação”.

Azuay, Equador

O Governo declara guerra às comunidades pela água

A Ecuarunari, parte fundamental da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, emitiu um comunicado onde disse que “No dia 2 de julho, com autorização de Oswaldo Larriva, gerente da Empresa Pública Municipal de Telecomunicações, Água Potável, Esgotos e Saneamento de Cuenca (ETAPA-EC), foi ordenada a militarização da planta de água potável do sistema comunitário das paróquias de Tarqui e Victoria del Portete, Cantón Cuenca, Província de Azuay. Centenas de militares tomaram a planta de água potável do sistema comunitário, manejada e administrada pelo seu próprio sistema comunitário por mais de quarenta anos. Também seus dirigentes foram ameaçados pela força pública. A luta incansável dos comuneiros e das comuneiras que defendemos a água, a Pachamama, os recursos naturais e a vida, continua sendo ameaçada e, agora, militarizaram até os funcionários e autoridades locais do governo de Rafael Correa, no Equador. Assim, a atual ‘revolução cidadã’ é um rótulo falso. A criminalização de nossas lutas e resistência é uma evidência da guerra declarada aos povos e nacionalidades”.

A Ecuarunari enfatizou: “Com essas atitudes as autoridades locais pretendem dar luz verde para que as empresas de mineração atuem nas alturas de Kimsakocha, e por isso utilizam a força pública e a repressão. Desde já alertamos que qualquer coisa que ocorra em Tarqui e Vitoria del Portete serão de responsabilidade das autoridades do Azuay e do governo central. Exigimos a imediata desmilitarização. Fazemos um apelo às nacionalidades, povos indígenas, movimentos sociais organizados, instituições que promovem o cuidado da mãe terra, a estarem vigilantes e a se solidarizarem sobre esses acontecimentos que estão ocorrendo em nossos territórios indígenas.

Por seu lado, a Ecuachaski relatou que “A planta de água potável comunitária trabalhada em mutirões de duas paróquias, Tarqui e Vitoria del Portete (em Cuenca), está militarizada desde o dia 2 de julho de 2011 por soldados do exército, forças da polícia, do GOE e segurança privada. O propósito é atemorizar a comunidade, quebrar a organização comunitária e abrir caminho para a mineração (Iam Gold) em Kimsakocha, lugar onde nascem vários rios, inclusive dois deles que abastecem de água os comuneiros de Tarqui, Victoria del Portete, a cidade de Cuenca e, outros rios que abastecem as cidades de Girón, entre outras”.

A Ecuachaski continua: “Os dirigentes manifestaram que ‘militarizar sua água é uma declaração de guerra’, fato que surpreendeu os cuencanos porque isto nunca antes havia ocorrido, e desafiaram o alcaide e o governo que ‘se querem guerra, guerra a terão em defesa de suas fontes de água e de sua obra comunitária, mas não sucumbirão diante das multinacionais mineradoras, Iam Gold e Cornecston, que têm a concessão de mais de 50 mil hectares’, verdadeira razão desse conflito pela água.

Equador

Para favorecer uma empresa chinesa, a Senagua pressiona sem nenhum escrúpulo em Rio Grande

No dia 6 de julho de 2011 ingressaram, por três horas, na zona de Rio Grande (Chone, Manabí) setenta policiais que acompanharam a uma juíza de Chone e a funcionários da Senagua (Secretaria Nacional da Água) desta província, com o objetivo de entrar na propriedade de Alfredo Zambrano, na qual a empresa chinesa Tiesiju quer construir um dique de uma represa ilegítima que é rechaçada pelos milhares de moradores da zona de Rio Grande que vão ser desalojados por causa dessa obra e que, além do mais, provocará danos irreversíveis na zona de banhado Humedal de La Segua.

A Senagua, responsável pela negociação com a empresa Tiesiju, recorreu a numerosas ações com o propósito de convencer o senhor Alfredo Zambrano a entregar sua terra à empresa, inclusive usando vários dos filhos deste respeitadíssimo líder local, como ocorreu durante a ação desta quarta-feira, 6 de julho. Os moradores de Rio Grande afirmaram que esse tipo de coisas somente podia ser imaginado nos tempos da partidocracia, mas que em mãos de supostos revolucionários fica mais grosseiro e inaceitável.

A Ação de Proteção que as comunidades locais apresentaram ante os administradores de justiça serviu somente para que a juíza viabilize a construção da represa pois a juíza que deu trâmite a esta Ação de Proteção rechaçou todas as petições comunitárias. Pior ainda, ela mesma se faz presente na zona de Rio Grande pelas mãos da Senagua e de um pelotão policial para obrigar as comunidades a renunciarem a seu direito constitucional de Resistência e abrirem caminho para a empresa chinesa Tiesiju.

O povo montubio de Rio Grande continua na resistência, não se vende e nem renuncia à sua dignidade.

Argentina

Comunicado do Movimento Nacional Camponês Indígena

Nosso repúdio aos acordos e declarações do G20 sobre a crise alimentar

Os meios de comunicação argentinos difundem a notícia que os acordos do G20 no tema agricultura são um êxito para a Argentina e para o mundo. E, nestes, destaca-se a posição argentina em relação à crise alimentar.

Do Movimento Nacional Campesino Indígena repudiamos os acordos e as falsas soluções oriundas das pressões e lobbies das transnacionais. Que são baseadas em certezas científicas tendenciosas e corrompidas como um câncer em grande parte da produção pseudocientífica das universidades durante o auge do neoliberalismo. Em primeiro lugar, o G20 não é um espaço democrático nem legítimo para debater políticas agrárias globais. Ali estão ausentes quase todos os países e principalmente aqueles que têm sofrido a perda de soberania alimentar devido à Revolução Verde e à invasão das transnacionais, muitas vezes precedidas por tropas militares da OTAN. Os governos da Argentina e do Brasil impulsionaram para que o Conselho de Segurança Alimentar na FAO seja o espaço de governança mundial agrícola.

E agora, pelo que se lê nos meios de comunicação, balançaram em suas convicções? Mentiram à sociedade civil e a 193 governos que aprovaram a reformulação do CFS/FAO?

A FAO tem grande quantidade de informação para demonstrar que o problema da fome não é um problema de produtividade de alimentos, mas sim de como se produz, quem produz e como são distribuídos. Um documento recente da FAO descreve que na cadeia agroindustrial global perde-se, por apodrecimento e descartes, 40% dos alimentos produzidos.

O documento da *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development* (IAASTD), da qual a FAO é parte, demonstra que à medida que a agricultura industrial se desenvolve e o poder das transnacionais se fortalece, a fome cresce no

mundo. O mesmo informe recomenda retomar a via da produção camponesa familiar e agroecológica como forma de lutar contra a fome.

É por essas contundentes provas que a discussão da política agrária global sai da ONU e da FAO e é levada à OMC e ao G20, onde os países poderosos e as transnacionais têm muito mais poder?

Mas, e a posição argentina?

A posição que o governo argentino levou à reunião do G20 é produto da pressão e do lobby da mesa de intermediação e das corporações transnacionais. O atual modelo agropecuário não é sustentável, o mercado interno está apenas sustentado por enormes volumes de subsídios que o Estado nacional deve aportar aos setores concentrados das carnes, lácteos e grãos para que os preços mínimos dos alimentos básicos não disparem. A cadeia agroalimentar está cada vez mais monopolizada, produto da grilagem legal de terras e da concentração industrial, assim como da bolha financeira que rodeia o mercado global dos alimentos.

As colheitas recordes de milhões de toneladas de grãos são incapazes de saciar a fome dos argentinos. Em pleno 2011 ainda temos que aguentar índices que mostram essa realidade e, apesar de a fome ser publicada como menos de 5%, a pobreza continua em dois dígitos, de 13,9%.

Os agrocombustíveis (mal chamados de biocombustíveis) geram também enormes pressões para que os alimentos fiquem mais caros.

Pensar que devemos redobrar as exportações de alimentos, no âmbito do atual modelo gera contradições claras com as aspirações de um desenvolvimento industrial harmônico com justiça social e com as políticas de direitos humanos. Além disto, vamos em direção a nos consolidar como produtores de matérias-primas no âmbito de um saque transnacional que não provoca nenhuma inveja aos antigos esquemas coloniais. Aumentar para 160 milhões de toneladas de grãos (forrageiros e não alimentares) a produção anual (tal como anunciou o ministro) é somar outros 10 milhões de hectares aos 20 milhões que se cultivam com soja transgênica, além de outras culturas. E não há outra forma de se fazer a não ser a partir dos desalojamentos das famílias camponesas que produzem de forma sustentável na floresta, a partir de eliminar a biodiversidade de ecossistemas frágeis e em franca deterioração como o Parque Chaqueño. Além de pressionar o êxodo rural que continuará sobredimensionando as cidades.

A agricultura argentina (excetuando a camponesa, indígena e familiar) não é nacional, nem responde a interesses nacionais e, portanto, não podemos nos enganar - um modelo baseado em retenções às exportações agrícolas não conduz a nenhum desenvolvimento, muito menos ao bom viver, ou qualidade de vida. As retenções são uma boa medida conjuntural, mas de jeito nenhum uma solução estrutural.

Por isso a Argentina deve retificar sua posição: em primeiro lugar o debate deve se dar no âmbito da ONU e FAO e, em segundo lugar, é necessário pensar ferramentas globais para frear a escalada de preços dos alimentos, bem como deter o capital financeiro. Sobram exemplos para ver que tudo o que esse tipo de investimentos toca logo cai de maneira catastrófica.

Diante do problema da fome é urgente gerar mecanismos de controle sobre as transnacionais e colocar limites firmes ao apossamento das cadeias agroalimentares por parte das mesmas.

Além do mais, a saída que resta para a crise alimentar e para a crise climática é fortalecer a agricultura camponesa e familiar, a única garantia de produção de alimentos saudáveis e suficientes no âmbito de sistemas de mercados locais dinâmicos e justos. Evidente: isso se consegue com intervenção estatal. O Brasil foi um claro exemplo com seu programa Fome Zero, realizado entre governo, movimentos de agricultores familiares camponeses e consumidores urbanos como sujeitos ativos.

As exportações de alimentos devem estar centralizadas e fiscalizadas pelo Estado, os ingressos econômicos devem ser insumos para políticas públicas e para desenvolvimento.

O papel das organizações camponesas indígenas e da agricultura familiar é de caráter estratégico, enquanto a maioria das estruturas do Estado foi configurada a serviço do

agronegócio. Portanto, para desenvolver políticas públicas transparentes e democratizadoras as mesmas devem contar com a ativa participação das organizações.

A questão da tecnologia e da ciência está hoje a serviço do capital e das corporações. É necessário socializar e gerar conhecimento científico capaz de se articular com o conhecimento e os saberes ancestrais acumulados nas comunidades camponesas, e desenvolver novos modelos de produção agroecológica.

Não nos enganemos mais, a ideia de maximizar a todo custo a exportação de mercadorias historicamente beneficiou e fortaleceu a oligarquia rural e seus aliados, as transnacionais. Não há possibilidade de construir um modelo sustentável e justo nesse esquema, porque o poder da produção de alimentos não é algo a ser subestimado. Finalmente, pensar que o planeta Terra e todas as suas fontes naturais e energéticas são fonte ilimitada de energia e mercadorias é algo irracional e nada científico. E esse modelo de produção e consumo industrial tenta ignorar essa evidência. Isso pode levar toda a humanidade a um final catastrófico.

A Revolução Verde não solucionou a fome, mas a aumentou. A revolução transgênica provocou violência contra os produtores genuínos de alimentos e gerou muito mais famintos. Não são os cientistas que garantirão os alimentos, mas os agricultores camponeses, pescadores artesanais, pastores e povos indígenas.

Sem nos alongarmos diremos, ainda, que esse modelo nos expõe diretamente a milhões de litros de agrotóxicos que são pulverizados sobre nosso território e que estão presentes na maioria dos alimentos que a grande indústria oferece, somando-se aos componentes transgênicos, dos quais todos os consumidores somos ratos de laboratório para saber que efeitos provocarão na humanidade e no planeta.

Não haverá maneira de estabelecer a justiça social sem soberania alimentar, e não é possível a soberania alimentar no âmbito de uma agricultura industrial controlada por poucas corporações transnacionais e a mesa de intermediação.

Este é um debate urgente, e todos aqueles setores que nos consideramos progressistas, de esquerda nacional e popular, estamos obrigados a levá-lo profundamente, sem especulações políticas nem eleitorais. Não escamoteemos a realidade com a crença do progresso moderno, que tantas consequências nefastas está trazendo para a humanidade e para a vida na mãe terra.

Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!

Somos Terra para Alimentar os Povos!

Movimento Nacional Camponês Indígena – CLOC-Via Campesina

secretaria.mnci@gmail.com

Mineração e resistência na Argentina

O projeto Navidad

Agência de Notícias Biodiversidad, 8 de junho de 2011. Desde setembro do último ano, uma assembleia de vizinhos autoconvocados rechaça, na localidade de Gan Gan, departamento Telsen, Chubut, o avanço do projeto Navidad, de aproveitamento de prata, e qualquer forma de extração dos recursos que converta o planalto centro-norte da província em uma “zona de sacrifício”.

Fala Danilo Sotera, efetivo da Defesa Civil, membro de Vizinhos Autoconvocados de Gan Gan sobre o Projeto Navidad, entrevistado pelo Observatório de Conflitos pelos Recursos Naturais (OCRN) e Ação pela Biodiversidade.

Fale para nós do projeto Navidad, da Pan American Silver Corp., considerado uma das maiores jazidas de prata ainda sem desenvolver do mundo.

Sim, de prata e chumbo, com reservas de mais de 10 bilhões de dólares. Supõe-se que esse empreendimento durará uns quinze anos. Na prática vai nos fazer desaparecer devido ao consumo tão intenso de água que vai produzir: uns 460 litros por segundo, que equivale a 40

milhões de litros por dia, durante quinze anos. Para nós é complicado subsistir com a seca, e isso sem que a empresa esteja trabalhando. O dia em que a empresa estiver trabalhando simplesmente ficaremos sem água. O projeto está localizado a uns 50 quilômetros de Gan Gan, entre Gan Gan e Gastre. São realidades muito diferentes as que se vivem; atualmente, a comunidade de Gastre está muito ansiosa para que se abra a mina.

A Lei 5001 proíbe a utilização de cianureto nos processos de produção mineira e na atividade de mineração de metais a céu aberto. Existem na província áreas excluídas dessa proibição?

Não, não. É uma lei que até agora vem se mantendo.

Como comunidade e como filhos da terra que somos nos respeitamos muito pouco. Não fomos consultados quando essa empresa mineradora se instalou. O senhor governador, Mario das Neves, assinou os acordos juntamente com o intendente. Não se respeitou a Constituição Nacional, a qual garante o respeito à nossa identidade e assegura nossa participação na gestão dos recursos naturais.

Qual é o futuro dessa norma?

Acredito que com o tempo essa lei vai acabar sendo anulada para que se possa explorar a mineração em Chubut. O governo, em nenhum momento, levou em conta as comunidades indígenas. Com essa visão que tem, e com essa atitude, o que vão conseguir é anular a lei para que se possa explorar a mineração, sem escutar as comunidades.

Elas fizeram algum acordo com representantes da Pan American Silver Corp.?

Não, não. Eles não participaram de nenhuma assembleia. Foram realizadas três assembleias em Gan Gan, para as quais foram convidados. Ninguém da empresa participou e nem tampouco gente do governo, que também foi convidada. Nem o próprio representante da comuna de Gan Gan participou.

Pode o projeto Navidad disputar a água com os moradores do planalto central?

Temos certeza disso, porque em sua suposta etapa de levantamento a água já está faltando. É um esbanjamento total o que estão fazendo: pudemos descobrir durante a cavalgada que se fez no dia 6 de março que há um cano que está esbanjando água no projeto Navidad, um cano de aproximadamente duas polegadas, sem nenhuma finalidade. São entre 80 mil e 90 mil litros de água diários. Há gente vizinha ao projeto Navidad que todos os dias tem que coletar água para dá-la aos animais, e que estão bebendo água com barro enquanto a empresa zomba na cara da população esbanjando e carregando água mineral para beber. Continuamente estou percorrendo campos das comunidades, e já podemos ver o que essa empresa está produzindo.

É impossível a convivência com a atividade mineira em Gan Gan e Gastre?

A Gan Gan e à zona nos afetaria muitíssimo. A corrente de água vem do Norte para o Sul, e as águas subterrâneas, à medida que vão descendo, iriam sendo absorvidas pela empresa. Não chegariam a Gan Gan, portanto a empresa mineradora seria totalmente prejudicial. Queremos, como comunidades e como povos originários, que nos escutem, que nos respeitem.

Em muitas ocasiões se disse que somos agressivos. Somente queremos o diálogo, queremos ser escutados. Não somos políticos, defendemos a terra, a água e o ar para que não sejam contaminados pela mineradora. Somos índios, artesãos, mas sabemos respeitar. Não iremos destruir suas casas ou coisas do tipo. Queremos que se faça uma consulta pública sobre o tema da mineração, mas lutaremos até as últimas consequências.

Esta entrevista integra o processo junto ao Juízo Ético às transnacionais, Processo de Justiça Popular contra as estratégias neocoloniais em Nossa América.

Buenos Aires, 14-16 de outubro.

<http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/64119>

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano).

A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la devem enviar um eMail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: suscripción revista

Por favor, enviem os seguintes dados: endereço de eMail, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço: código de endereçamento postal (CEP), cidade e estado.